

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM GESTÃO PÚBLICA**

**BRASÍLIA
2022**

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Governador

Ibaneis Rocha Barros Junior

Vice-Governador

Paco Britto

SECRETARIA DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

Secretário

José Itamar Feitosa

UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES

Reitora *Pro Tempore*

Simone Pereira Costa Benck

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO

Diretora

Juliana Neves Braga Tolentino

SUMÁRIO

1. A ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E SUA FINALIDADE	4
1.1 – Estrutura Organizacional da Escola Superior de Gestão – ESG	5
2. O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA: JUSTIFICATIVA, METODOLOGIA E DURAÇÃO E REGIME ACADÊMICO	6
2.1 Justificativa social do curso e concepções	6
2.2 Caracterização da Gestão Pública Contemporânea	9
2.3 Metodologia de Aprendizagem	11
2.4 Carga Horária e Duração	13
2.5 Regime Acadêmico do CSTGP	13
3. OBJETIVOS DO CURSO E PERFIL DO EGRESSO	14
3.1 Objetivo geral	14
3.2 Objetivos específicos	14
3.3 Perfil do profissional egresso	15
4. CURRÍCULO	17
4.1 Diretrizes Curriculares	17
4.2 Estrutura Curricular	18
4.3 Organização Curricular	21
4.4 Ementas e programas das disciplinas	24
5. ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO	27
6. PROJETO INTEGRADOR	29
7. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	32
7.1 Organização curricular das atividades complementares	33
8. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	34
8.1 Avaliação da Aprendizagem	34
8.1.1 Avaliação na Dinâmica Tutorial	35
8.1.2 Avaliação na Atividade Diversificada	35
8.1.3 Avaliação nas Habilidades Profissionais em Gestão Pública – HPGeP	36
8.1.4 Avaliação no Projeto Integrador	36
8.2 Formatos de Avaliação	36
8.3 Resultado da Avaliação do Estudante	37
9. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	37
9.1 Avaliação Institucional Externa	38
10. PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICA	39
11. PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO	41
12. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LOGÍSTICA	41
13. CORPO DOCENTE (FORMAÇÃO E TEMPO DE DEDICAÇÃO) E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	42
13.1 Núcleo Docente Estruturante para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	43
14. DA CERTIFICAÇÃO	43
REFERÊNCIAS	45
ANEXO I - EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA	47
ANEXO II – HISTÓRICO DAS ATUALIZAÇÕES DAS MATRIZES CURRICULARES	68

1. A ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E SUA FINALIDADE

A Escola Superior de Gestão - ESG constitui-se como uma entidade pública vinculada à Secretaria de Economia do Distrito Federal - SEEC, tem como mantenedora pedagógica a Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF, e tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento regional do Distrito Federal, por meio da promoção de cursos superiores que atendam às exigências contemporâneas e futuras da sociedade e dos sistemas burocráticos.

Trata-se de uma instituição de ensino superior nascida das discussões entre a Escola de Governo do Distrito Federal - EGOV e a extinta Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB, sobre a responsabilidade social do Estado, no sentido de preparar e qualificar pessoas para exercerem atividades nos mais diferentes segmentos da administração pública do Distrito Federal, como também da administração pública dos 22 municípios circunvizinhos, conhecida como Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE¹ como estratégia de aperfeiçoamento contínuo da gestão das políticas públicas e a integração destas com a sociedade civil.

Considerando a experiência da EGOV e as demandas a ela atribuídas quanto à promoção de cursos em serviço para os servidores do quadro do Governo do Distrito Federal, constata-se a necessidade de se superarem os desafios de formar profissionais para o exercício de atividades relacionadas aos processos de gestão, que possam atuar nos diferentes órgãos da administração pública, respeitando as características próprias da população a partir de uma visão de integração regional.

O Distrito Federal insere-se no cenário de uma complexa rede de relações sociais as quais moldam comportamentos, despertam desejos e geram expectativas que extrapolam a

¹A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 04 de maio de 2000. Tem como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica e provisão de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional, considerando 22 municípios no entorno do Distrito Federal: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.

sua territorialidade e segue deixando marcas na cultura dos estados vizinhos, tanto na vida social quanto no desenho da administração pública. Nesse contexto, torna-se necessária a criação de uma instituição pública de ensino superior que, sensível aos direitos e necessidades da população, entenda as políticas públicas de Estado como reflexo dos aspectos sociais, econômicos e políticos definidores da RIDE.

É nessa perspectiva que a Escola Superior de Gestão se constitui como uma instituição de ensino superior preocupada em reconhecer as características sociais e regionais dos espaços por ela impactados, e cuja mantenedora, a UnDF, responsabiliza-se por fomentar a política de educação superior pública no Distrito Federal, para que se torne referência na formação de gestores capazes de lidar com os desafios contemporâneos da gestão de políticas públicas.

1.1. Estrutura Organizacional da Escola Superior de Gestão – ESG

A estrutura organizacional da Escola Superior de Gestão – ESG é composta por órgãos normativos, deliberativos e executivos, cujas ações e deliberações conduzem sua organização e seu funcionamento pedagógico e administrativo.

São órgãos Executivos da ESG:

- Direção: instância executiva da ESG, que tem como função representar, superintender, coordenar e fiscalizar o funcionamento da ESG.
- Coordenação de Cursos: planeja, coordena e supervisiona as atividades educacionais relativas aos Cursos Superiores de Tecnologia, em observância aos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos e seus desdobramentos.
- Secretaria Acadêmica Setorial: desenvolve, assessora e executa atividades relacionadas aos aspectos organizacionais e documentais concernentes à vida acadêmica dos atores institucionais da ESG.
- Biblioteca Setorial: desenvolve e executa atividades relacionadas ao registro, classificação, catalogação, guarda e conservação de livros periódicos e outros materiais bibliográficos do acervo da biblioteca da ESG.

A Direção da ESG é exercida pelo ocupante do cargo de Diretor-Executivo da Escola de Governo - EGOV. A Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a Secretaria Acadêmica Setorial e a Biblioteca Setorial são cargos pertencentes à estrutura

administrativa da UnDF, instituição mantenedora, sendo o desempenho das atividades exercidas pelos seus ocupantes cumpridas *in loco* na ESG.

São órgãos Normativos e Deliberativos da ESG:

- Conselho Superior: órgão máximo deliberativo e de recurso em matéria administrativa e fiscal.
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: órgão deliberativo e de recurso em matéria acadêmica.
- Comissão de Graduação e Pós-Graduação: a quem cabe, entre outras atribuições, supervisionar o cumprimento do projeto pedagógico e a regulamentação referente aos aspectos operacionais dos cursos de graduação e pós-graduação, deliberar sobre e aprovar solicitações oriundas do corpo discente; dar cumprimento à regulamentação do Conselho de Educação do Distrito Federal e do Ministério da Educação no que compete à avaliação e ao reconhecimento dos cursos de graduação e pós-graduação.
- Comissão de Processo Seletivo: a quem cabe promover, executar, supervisionar e acompanhar os processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, e demais funções decorrentes dos processos seletivos.
- Comissão Própria de Avaliação: a quem cabe coordenar o processo de avaliação interna ou auto avaliação da ESG, que tem atuação autônoma em relação aos órgãos colegiados da instituição.

2. O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA: JUSTIFICATIVA, METODOLOGIA E DURAÇÃO E REGIME ACADÊMICO

2.1 justificativa social do curso e concepções

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem o compromisso de promover a formação humana integral, a partir do desenvolvimento das competências técnico-científicas, humanas e sociais que contribuam para a constituição de um profissional capaz de ler o mundo na perspectiva do outro, em que o exercício da alteridade se realize como fundamento de práticas sociais colaborativas. Ou seja, um profissional tecnicamente competente e, ao mesmo tempo, sensível às necessidades impostas pela realidade social.

Essa realidade social constrói-se por meio da convivência das pessoas em sociedade e a partir das interações que elas mantêm entre si e com o meio, em uma dinâmica que aprofunda as relações entre o eu e o outro, de forma que as necessidades surjam no contexto das relações sociais. Nesse sentido, os elementos que compõem a realidade social são específicos de cada sociedade; entretanto, pode-se apontar o estabelecimento do anonimato sendo traço que permite aos indivíduos participarem de um sistema no qual a diferença entre eles seja o próprio estilo de vida, o que garante a massificação existente nos grandes centros urbanos e, conseqüentemente, a padronização dos desejos relativos aos bens de consumo, às formas de lazer, entre outros.

Pode-se, ainda, recorrer à linguagem como elemento promotor da cultura, no sentido de permitir o fortalecimento de laços que possam facilitar a comunicação entre as pessoas e os grupos, a fim de compartilhar a compreensão da vida social e a produção das mais diferentes formas de interações, proporcionando até mesmo a criação de instituições que possam lhes oferecer serviços que garantam o bem-estar das pessoas na sociedade.

A gestão pública, por ser uma das atividades necessárias à sociedade contemporânea, deve ser considerada no cenário da atual conjuntura de complexificação das demandas sociais. Um cenário no qual são exigidas políticas públicas aptas a responder cada vez mais rápido as necessidades do cidadão, no que diz respeito às temáticas relativas à moradia, aos equipamentos urbanos, à educação, à assistência social, à saúde, ao combate à violência e à discriminação, entre tantas outras as quais envolvam respostas dos agentes públicos. Para atender essa necessidade, torna-se necessário formar profissionais capazes de propor, de implementar e de avaliar as políticas públicas de Estado, exigidas pela população, de forma que eles possam ter compreensão dos aspectos sociais, econômicos e políticos envolvidos na gestão pública, bem como tenham a capacidade de lidar com tais imperativos (VILLA-ALVAREZ, 1990).

Dessa maneira, a qualificação inicial e contínua do quadro profissional dos servidores da EGOV é premente em contextos de reformulação dos serviços públicos, uma vez que as demandas sociais pelas melhorias da oferta desses serviços tornam-se uma tarefa central na agenda política do governo distrital. Com essa premissa, foi criada a Escola Superior de Gestão - ESG inspirada na ideia de educação inovadora, plural e democrática.

Além disso, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública deve propiciar, ao estudante, acesso a informações de forma que tenha maior familiaridade com a situação de trabalho na Administração Pública, com a sua estrutura organizacional e modo de funcionamento (FERRAREZI; ZIMBRÃO, 2005).

Constitui-se uma proposta de curso que apresenta entre os pressupostos pedagógicos um modelo de formação construído na compreensão do conhecimento como uma categoria histórica que ocorre de forma coletiva e processada no campo da inseparabilidade entre as experiências teórico-práticas. Com isso, busca-se a formação em nível superior, na área de tecnologia em gestão pública, que enriqueça não apenas o aspecto do desempenho da profissão, mas também o crescimento pessoal dos servidores e gere melhorias no atendimento dos serviços públicos.

Além disso, há necessidade de se vislumbrar um quadro de futuros profissionais cuja formação inicial tenha ocorrido nos espaços e tempos próprios da gestão pública, em que o estudante, vivenciando a rotina dos serviços e articulando habilidades teórico-práticas, encante-se com a essência do papel do gestor que serve ao público.

Uma observação em relação à capacitação é o fato de que, para ela ter eficácia e impacto sobre o trabalho, é preciso ter claro o seu alcance, o que significa identificar que problemas ela quer resolver ou que competências desenvolver. Ela não resolve todos os tipos de problemas da organização, mas somente aqueles que foram diagnosticados como passíveis de resolução por meio de capacitação (FERRAREZI; ZIMBRÃO, 2005).

Nessa perspectiva, o referido curso assume posturas inovadoras na medida em que propõe a integração dos conteúdos com a realidade vivenciada pelos atores sociais, assegurando-lhes as habilidades e as atitudes exigidas do egresso. Visa, ainda, a formação interdisciplinar e prática, com conteúdo de distintas áreas de conhecimento acerca do serviço público, cuja finalidade está centrada no desenvolvimento social do ser humano.

Assim, por meio do aprimoramento de competências, conceitos, métodos, e, sobretudo, práticas de gestão pública, objetiva-se a formação de profissionais em nível tecnológico, capazes de desempenhar, com excelência, as suas funções no serviço público, no que se refere à compreensão das questões científicas, técnicas, políticas, sociais e econômicas

de forma que possam perceber, descrever, estudar, problematizar e propor soluções aos desafios da gestão de processos de trabalho na administração pública.

Em “uma sociedade cuja diversidade é crescente, as expectativas são cada vez maiores, individualizadas e com vários meios de vocalização, se comparados ao passado. O papel do servidor também será incomensuravelmente mais complexo” (TROSA, 2001, p. 52). Portanto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública supre a demanda por profissionais com a qualificação em nível técnico-científico, na cidade de Brasília e na RIDE. Essa região de conurbação compõe um aglomerado urbano único e concentra um contingente de órgãos que materializam a administração pública local. Certamente, os egressos desse curso terão muito a contribuir com o desenvolvimento da cidade em todas as suas regiões administrativas e cidades vizinhas. Há um número expressivo de entidades públicas da administração direta e indireta e, por isso, surge a necessidade de formação de profissionais preparados para atender à esfera pública, com a qualidade demandada pela população.

2.2 Caracterização da Gestão Pública Contemporânea

Historicamente, a formação do profissional em gestão pública tem sido pautada pelo uso de metodologias tradicionais, sob a forte influência do mecanicismo e do conhecimento fragmentado, priorizando uma atitude receptiva, passiva do discente, na qual o foco principal não era o exercício da crítica, nem reflexão. A ideia principal da administração pública contemporânea demanda profissionais ativos e criativos, centrados na contribuição que a gestão pública possa dar ao desenvolvimento da sociedade. O filósofo e pedagogo John Dewey, para superar essas posturas, defendia os princípios da iniciativa, da originalidade e da cooperação para liberar as potencialidades dos indivíduos para uma ordem social a ser progressivamente aperfeiçoada desde a formação. No seu caso específico, a Escola Nova.

No início do século XXI, os problemas do setor público – principalmente aqueles referentes à gestão de recursos, à eficácia dos resultados, à eficiência e à relação com os cidadãos – ficaram mais complexos. Nesse contexto, a questão da formação dos servidores exige novas perspectivas, haja vista que as pessoas não foram preparadas para analisar e lidar com a enorme produção de conhecimentos e informações, com a quebra de paradigmas e com as exigências de reflexão constante para a busca de soluções dos problemas (FERRAREZI; ZIMBRÃO, 2005).

Assim sendo, a marca da formação a ser prestada pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública deverá ser a de uma formação comprometida socialmente e qualificada técnica e academicamente. As ações de formação oferecidas pela ESG, por sua vez, deverão ser objeto permanente de pesquisa avaliativa, de sorte a assegurar-se a qualidade das formações oferecidas, de sua atualização técnico-acadêmica e, igualmente, de sua relevância social, entendendo-se o social em suas diferentes dimensões.

A delegação, desconcentração e descentralização das políticas, o modelo contratualista e a nova gestão pública são considerados instrumentos importantes para a renovação do Estado. É preciso dispor de vários meios para adaptação às mudanças, mas não é possível transpor um modelo único. De qualquer modo, a maioria das proposições feitas para a reforma da administração pública, na última década, aponta para o mesmo cenário em que os servidores deverão ser preparados para tomar decisões em contextos cada vez mais complexos, o que exigirá considerar as pressões, refletir sobre todos os aspectos envolvidos na situação, autocontrole e gestão para avaliar riscos, capacidade de propor e debater, flexibilidade e adaptação à diversidade de situações (FERRAREZI; ZIMBRÃO, 2005).

Espera-se que o profissional egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública seja socialmente comprometido e engajado, desenvolvendo tecnologias humanas e socioambientais, entendendo por tecnologia “a maneira pela qual a organização realiza suas operações e executa suas tarefas” e sabendo que ela envolve não apenas sistemas físicos ou concretos (máquina, equipamentos, instrumentos, instalações, circuitos, os conhecidos *hardware* etc.), mas, igualmente, sistemas abstratos ou conceituais como conhecimentos, políticas, métodos e procedimentos, programas e processos, os conhecidos *software* etc. (MITRE *et al.*, 2008). Esse profissional que será formado terá como finalidade o eficaz atendimento ao cliente final da administração pública, que é o cidadão.

A administração pública voltada para o cidadão pode ser definida como um modelo gerencial, cujo objetivo é oferecer serviços públicos de maior qualidade, atendendo melhor às demandas dos seus usuários (COUTINHO, 2000).

Isso faz com que a cidadania assuma uma importância infinitamente maior no setor público, em que o “cidadão-cliente é um cidadão-cidadão, um cidadão pleno, que é o objeto dos serviços públicos e também seu sujeito, na medida em que se torna partícipe na formação

das políticas públicas e na avaliação dos resultados” (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 118).

Complementarmente, a esta altura do século XXI, vivendo a profunda revolução das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), um curso que assume formar gestores, vê-se diante do imperativo desafio de organizar seus processos pedagógicos, didáticos e administrativos profícuos na incorporação dessas tecnologias. A revolução digital ou numérica global, derivada da digitalização da informação, tornando praticamente obsoletos os suportes tradicionais da informação (livros, discos e películas) e substituindo-os por discos duros, dispositivos USB, servidores de internet, permite dissociar as informações de seus suportes e coloca a humanidade em uma outra, nova e inédita fase tecnológica.

A administração pública voltada para o cidadão é auxiliada hoje pelas transformações tecnológicas que possibilitam o uso de uma série de instrumentos novos para o atendimento. Os avanços na informática, nas redes e *softwares* e nas telecomunicações trazem grandes benefícios para essa mudança do modelo administrativo (COUTINHO, 2000).

Em razão dessa revolução tecnológica, o egresso será desafiado a incorporar mudanças, não apenas administrativas, mas, sobretudo, deverá ser capaz de continuar a aprender. E isso traz importantes implicações para os alunos, para todos os profissionais, para a própria concepção do que deve ser – até mesmo fisicamente – uma instituição formadora. O ensino deve, assim, ser capaz de desencadear uma visão do todo, de interdependência e de transdisciplinaridade, além de possibilitar a construção de redes de mudanças sociais, com a consequente expansão da consciência individual e coletiva. Nesse sentido, há uma crescente tendência à busca de métodos inovadores, que efetivamente alcancem a formação de um ser histórico, inscrito na dialética da ação-reflexão-ação (MITRE *et al*, 2008).

Nestes termos, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem como princípio o conhecimento, a pesquisa e o atendimento a problemas humanos e sociais, com a preocupação de criar, desenvolver, implementar e avaliar tecnologias humanas e socioambientais nos campos em que atuar.

2.3 Metodologia de Aprendizagem

A forma de desenvolver os conteúdos ministrados no Curso Superior de Tecnologia em

Gestão Pública situa-se no âmbito das metodologias ativas, que favoreçam o conhecimento e a intervenção junto à realidade, aos moldes das metodologias ativas de ensino, conforme consta no Projeto Pedagógico Institucional - PPI.

A construção do conhecimento será realizada por metodologia preconizada pela Aprendizagem Baseada em Problemas - ABP, na qual os conteúdos curriculares estão integrados e organizados em Módulos Temáticos Interdisciplinares - MTIs, compostos por situações-problema que constituem o elemento motivador para a discussão e o estudo. Essas situações-problema, por sua vez, devem ser (re) elaboradas e alternadas periodicamente, objetivando a correção e a atualização, conforme avaliação dos docentes e discentes.

Essa metodologia de trabalho traz implícita a prática da interdisciplinaridade em detrimento da construção puramente disciplinar e compartimentalizada. Em cada módulo (MTI) de aprendizagem estão embutidos os saberes disciplinares que completam o conteúdo definido a ser trabalhado. De duração variável, o módulo delimita a abrangência que se quer alcançar na aprendizagem por meio da estruturação de uma árvore temática que dará origem aos objetivos educacionais e às situações-problema relacionadas. A intenção é de que a formação favoreça uma educação crítica que considere que os saberes podem ser construídos de forma partilhada, que deve existir o diálogo entre a prática e a teoria e que pesquisa e trabalho sejam princípios educativos.

Consideradas recursos fundamentais desta proposta pedagógica, as metodologias ativas possibilitam o empoderamento do estudante, por meio da formação de sujeitos ativos, com consciência crítica e reflexiva, que sejam protagonistas do seu processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, vislumbra-se melhorar e ampliar os percursos de ensino-aprendizagem, por meio de uma educação integral, na medida em que se possibilita realizar formas diferenciadas e historicamente situadas de mediação dos conteúdos escolares, com vistas à reelaboração do conhecimento (TROSA, 2001).

As metodologias ativas dinamizam o ensino e a aprendizagem e têm o papel de transportar para a sala de aula experiências, vivências, informações e condutas inovadoras, para promoverem a aprendizagem de forma articulada, possibilitando o estudo de caso, a interdisciplinaridade e, principalmente, a integração com o mundo do trabalho e com a vivência no serviço, envolvendo procedimentos relacionados aos conteúdos curriculares.

2.4 Carga Horária e Duração

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública totaliza carga horária de 1.680 horas, distribuídas nas Unidades Educacionais: Módulos Temáticos Interdisciplinares – MTIs, Habilidades Profissionais em Gestão Pública – HPGPs, Atividades de Pesquisa e Extensão – APEs e Projeto Integrador – PI.

A distribuição dessa carga horária nos 04 (quatro) semestres que compõem o percurso formativo, e, nestes semestres, a carga horária destinada a cada unidade educacional estão explanadas no item 4.3 deste documento.

O prazo mínimo de integralização da carga horária é de 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, 4 (quatro) semestres, e o tempo máximo de 36 (trinta e seis) meses, ou seja, 6 (seis) semestres. As situações distintas estão sujeitas às sanções estabelecidas pelo Regimento Interno da ESG.

O curso situa-se na modalidade de Educação Profissional e Tecnológica, presencial, amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996 (BRASIL, 2016); Parecer CNE/CES nº 436/2001; Resolução CNE/CP nº 3/2002; Lei nº 2.919/2002; Decreto nº 34.591/2013, Decreto nº 5.154/2004 e Resolução nº 02/2017-CEDF.

São ofertadas 30 (trinta) vagas por turma, a cada ano, e o ingresso acontece por meio de processo seletivo simplificado e/ou seleção que inclui o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, e a efetivação da matrícula presencialmente ou por meio do sítio da Escola Superior de Gestão/UnDF.

2.5 Regime Acadêmico do CSTGP

O CSTGP adota, para sua organização seriada, o regime acadêmico semestral, sendo essa semestralidade a periodicidade estabelecida para a promoção do estudante ao longo do percurso formativo. A cada semestre letivo do CSTGP corresponde o cumprimento e

aprovação em um conjunto articulado de Unidades Educacionais e seus respectivos processos avaliativos.

Em conformidade com esse regime acadêmico semestralizado, o prazo mínimo de integralização da carga horária é de 4 (quatro) semestres, ou seja, 24 (vinte e quatro) meses, e o prazo máximo de integralização da carga horária é de 6 (seis) semestres, ou seja, 36 (trinta e seis) meses.

Para obter a promoção em direção à sua titulação, o estudante deverá obter a cada semestre a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e pontuação mínima de 5 (cinco), correspondente ao conceito Aprendizagem Suficiente (AS), como resultado final em todas as Unidades Educacionais ofertadas nesse período, conforme estabelecido no Artigo 10 da Resolução COMIG nº 06 de 28 de outubro de 2020.

Para consagrar esse regime acadêmico semestral, o Regimento interno da ESG, no seu art. 48, estabelece que a renovação da matrícula será realizada semestralmente, obedecendo-se aos prazos estipulados pelo calendário acadêmico.

3. OBJETIVOS DO CURSO E PERFIL DO EGRESSO

3.1 Objetivo geral:

Formar tecnólogos de nível superior em gestão pública, fornecendo-lhes elementos teóricos e práticos necessários para intervirem na área da gestão de políticas públicas, qualificando as suas ações no sentido de atuarem no mundo do trabalho, atendendo aos interesses da sociedade.

3.2 Objetivos específicos:

I. Possibilitar elementos para que os estudantes desenvolvam a capacidade de reflexão crítica, ética e moral, diante dos padrões organizacionais da esfera pública.

II. Prover os futuros profissionais com informações e fontes de informações para ampliarem suas habilidades na área de gestão pública, a fim de atuarem de forma integrada (multidisciplinar e interdisciplinar) e em equipe.

III. Criar condições para o entendimento relacionado a processos, produtos e serviços associados à área pública, envolvendo desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliações quantitativas e qualitativas relacionadas aos fluxos ligados aos processos de planejamento governamental, financeiros, operacionais, sociais, de recursos humanos, patrimoniais e econômicos.

IV. Dotar os futuros profissionais com informações relativas à legislação vigente relacionada e vinculada aos processos, produtos e serviços na área pública.

V. Proporcionar conhecimentos com ênfase em responsabilidade fiscal e de gestão, aplicável às instituições, setores e segmentos de todas as esferas do Estado, para que os futuros profissionais tomem decisões e proponham ajustes e soluções.

VI. Atender a uma demanda crescente de formação técnico-científica, voltada a soluções operacionais de qualidade para servidores das carreiras públicas.

3.3 Perfil do profissional egresso

O profissional egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública deverá apresentar-se à sociedade como um profissional integrado à realidade em que está inserido e dos imperativos de responsabilidade fiscal e de gestão, tanto do órgão em que atua, quanto da posição que ocupa, respeitando e aplicando posturas e condutas éticas com competência para atuar na gestão das políticas e processos da esfera pública.

Nesse sentido, o egresso do curso deverá ter habilidade de compreender, em nível técnico-científico, a formulação, a implementação, o acompanhamento e a avaliação de políticas, programas e projetos públicos, de forma a poder desenvolver os processos de trabalho que lhe forem demandados na administração pública direta e indireta do Distrito Federal e da RIDE.

Conforme preconiza o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (BRASIL, 2016), o Tecnólogo em Gestão Pública atua em instituições públicas, nas esferas federal, estadual e municipal. Pode atuar no planejamento, na implantação e no gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas, com sólidos conhecimentos sobre as

regulamentações legais específicas do segmento.

O profissional deve desenvolver visão ampla e sistêmica da gestão pública, ter competências em gestão de pessoas para uma boa interação dentro do órgão público, além de buscar a otimização da capacidade de governo. Outrossim, ter capacidade de comunicação, saber trabalhar em equipe e regular-se pela proatividade são características indispensáveis a esse tecnólogo.

Por outro lado, definiu-se para o perfil de conclusão para o Tecnólogo em Gestão Pública para além do que está estabelecido acima:

- Competência para planejar, operacionalizar, contratar e avaliar a aplicação de processos gerenciais relacionados com a prestação de serviços públicos.
- Habilidade para implantar e gerenciar programas e projetos de políticas públicas.
- Competência para aperfeiçoar a capacidade de atendimento do governo (independentemente da esfera de atuação e do poder público) às necessidades da sociedade.
- Competência para programar e implementar ações relacionadas com a prestação de serviços públicos envolvendo todos os setores e segmentos dos processos de gestão, tais como: recursos humanos, materiais e patrimoniais, serviços de informação, contábil e financeiro.
- Habilidade para exercer a gestão pública, otimizando (inclusive pela qualidade) rotinas e procedimentos.
- Habilidade para liderar e atuar em equipes multidisciplinares, tendo em vista a qualidade na gestão pública.
- Habilidade para supervisionar a logística dos serviços públicos oferecidos à população nas diferentes esferas de atuação e níveis de atendimento.
- Competência para prever e acompanhar os custos e os balanços da produção dos serviços públicos prestados.
- Conhecimento para elaborar processos licitatórios para aquisição de máquinas, equipamentos, ferramentas e outros materiais necessários à eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados à comunidade.
- Competência para aplicar no setor de gestão pública e administração pública (direta e indireta) novas tecnologias e métodos de trabalho e novas rotinas de procedimentos.

- Competência para exercer suas atividades afinadas com as equipes de trabalho e com os princípios éticos que presidem as atividades do servidor público.
- Conhecimento para atender às exigências da modernidade na gestão pública.
- Competência para controlar e avaliar os processos e rotinas da administração pública.
- Competência para fiscalizar a atuação de pessoal e material nas atividades-meio e fim e de assessoramento da administração pública.
- Competência para fiscalizar processos licitatórios e de execução de contratos públicos.

4. CURRÍCULO

4.1 Diretrizes Curriculares

O currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da ESG é concebido e estruturado com vistas a subsidiar a construção de competências, entendidas como a capacidade de compreender e intervir positivamente em fatores específicos da realidade, e recorre ao modelo de formação baseada em metodologias pedagógicas ativas, evocando o protagonismo intelectual dos estudantes. Sua orientação visa a construção dos saberes relacionados tanto aos diferentes processos gerais da administração quanto aos saberes específicos da gestão pública.

Trata-se de um currículo composto por conteúdos e experiências selecionados e integrados entre si para subsidiarem o desenvolvimento de competências essenciais à compreensão e à intervenção atualizada, sistemática, crítica e produtiva na gestão de políticas públicas.

Como a realidade da gestão pública a ser abordada é composta pela integração de diferentes fatores que a constituem e/ou que a influenciam, o currículo do curso é organizado igualmente de forma integrativa, de modo a promover abordagens interdisciplinares, fazendo convergir e dialogar entre si as diferentes temáticas, conteúdos e experiências necessárias à formação do tecnólogo em gestão pública, tratados nas suas relações. Nesse sentido, esse currículo também subtende uma integração e complementaridade entre as unidades educacionais que o compõem, fomentando uma aprendizagem fluente, contínua e sequencialmente aprofundada com vistas a promover a integração dos processos de ensino e

aprendizagem aos saberes científicos e ao exercício do serviço público, na perspectiva de qualificação do atendimento à sociedade.

Entendendo-se que a aprendizagem parte da conjunção entre o conhecimento técnico-científico, a observação e a experimentação da realidade, associado à compreensão do estudante como protagonista desse processo, propõe-se para o CSTGP um currículo baseado na integração sistemática e permanente entre os processos de ensino e aprendizagem ao contexto social, os conteúdos e experiências, bem como prevê-se a integração e fluência entre todas as etapas em que é organizado.

4.2 Estrutura Curricular

Esta proposta de formação em gestão pública considera, sobretudo, as competências e habilidades exigidas para a qualificação permanente dos serviços prestados à sociedade pelo agente público. A proposta pedagógica do curso tem objetivo de ressignificar os espaços escolares, as experiências e vivências, as informações e as condutas, a fim de promover a aprendizagem de forma dinâmica e integrativa, possibilitando a interdisciplinaridade e, principalmente, a integração com o mundo do trabalho por meio da vivência no serviço prestado ao público, envolvendo a experimentação e reflexão de procedimentos relacionados a diversos conteúdos curriculares.

Para tanto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública adota uma organização curricular que contempla conhecimentos científicos, técnicos, legais e procedimentais, dados e análises a respeito da gestão de políticas públicas e que, simultaneamente, subsidiam as observações e reflexões realizadas pelos estudantes nas vivências experimentadas nos cenários de prática. Essa estrutura curricular, baseada na integração de saberes e fazeres, é salvaguardada pelos princípios das metodologias ativas e materializada em todas as suas Unidades Educacionais.

O currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - CSTGP está estruturado em 4 (quatro) Unidades Educacionais:

1. Módulos Temáticos Interdisciplinares – MTIs.
2. Habilidades Profissionais em Gestão Pública – HPGePs.
3. Atividades de Pesquisa e Extensão – APes.

4. Projeto Integrador – PI.

A unidade educacional **Módulos Temáticos Interdisciplinares - MTIs** fomenta a utilização da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) como metodologia didático-pedagógica, tendo a marca da responsabilização do estudante por seu próprio processo de aprendizagem, permitindo-lhe a reflexão e a autoaprendizagem. O atributo da reflexão crítica se traduz no eixo por meio do qual se assenta o saber, permitindo a construção do conhecimento, por intermédio do compartilhamento do pensar e do refletir, tendo como elemento organizador desse processo o percurso orientado pela dinâmica tutorial. Esta, por sua vez, é realizada em grupo composto por um número de dez a doze estudantes e por um tutor (ROUANET; 1980), visando a discutir uma situação-problema, a partir de experiências reais, buscando um refinamento da compreensão dos conteúdos abordados por aquela situação-problema. Trata-se de um processo de ensino-aprendizagem protagonizado pelo estudante, levando-o à construção de uma aprendizagem significativa, cujo percurso é dirigido pelo desenvolvimento da ação denominada “Sete Passos”.

Percebe-se que a ABP permite abordagem particular dos conteúdos a serem utilizados nos espaços escolares e que, aliados à dinâmica da vida cotidiana, possibilita vincular os incentivos proporcionados por processos organizados de construção do conhecimento, despertando o estudante para percursos alternativos de construção do próprio conhecimento.

As Habilidades Profissionais em Gestão Pública – HPGePs, unidade educacional do CSTGP, promove a aproximação dos estudantes com os processos específicos do saber fazer profissional – no caso, a gestão pública – por intermédio do exercício da observação crítica e da problematização sobre a efetivação do serviço público, fomentando, inclusive, uma articulação produtiva entre os processos de aprendizagem, o mundo do trabalho e a comunidade a quem esses serviços públicos se destinam. Essa vinculação ao serviço e integração com a sociedade no âmbito do CSTGP é aprofundada na unidade educacional

Atividades de Pesquisa e Extensão proporciona a vinculação e integração com a sociedade no âmbito do CSTGP. Os estudantes experimentarão uma imersão no cotidiano da comunidade loco regional, desenvolvendo projetos de extensão, aproximando a teoria desenvolvida no curso à realidade evidenciada juntamente com as comunidades.

Como observado, a articulação entre os processos de aprendizagem e a operacionalização de serviços valorizam o mundo real do trabalho como elemento fundamental da aprendizagem ativa e significativa e pode desenvolver-se de diversas formas, sendo uma delas por intermédio do Arco de Maguerez que compreende as seguintes etapas: observação da realidade, levantamento de pontos-chave, teorização/explicação, hipótese de solução e aplicação à realidade (BELACIANO, 2015). Essas informações são indutoras dos processos de ensino e aprendizagem no âmbito da escola. Assim, tanto a escola trabalha para contribuir com a solução dos problemas apresentados nos cenários reais dos serviços, como esses serviços apontam os saberes necessários à formação do tecnólogo em gestão pública.

As atividades didáticas das unidades educacionais **HPGePs** e **APEs** exigem a participação de um ator responsável por demonstrar a rotina do serviço e por acompanhar os estudantes na execução das tarefas, no sentido de entender a complexidade no/do exercício da gestão pública, assumindo a função diretiva necessária para educar no processo de transformar. Institui-se, portanto, a figura do “Tutor de Práticas” para o **HPGeP**, e, no caso específico da **APE**, além do tutor, é necessária a participação de representantes da comunidade, de forma a desenvolver o elo entre Universidade, serviço e comunidade.

A integração entre essas unidades educacionais de natureza técnico-experimental, **HPGeP** e **APE**, objetivamente vinculadas ao mundo do trabalho e à sociedade, e os Módulos Temáticos Interdisciplinares, sendo atividades de construção de conhecimentos técnico-científicos e de reflexões, requer uma organização pedagógica específica do espaço e do tempo escolares.

Assim, na semana de estudo, são abordados os aspectos cognitivos por meio da dinâmica tutorial, em um turno, com frequência de duas vezes por semana, quando são abertas e fechadas as situações-problema, e mais um turno, este destinado ao horário protegido para o estudo individual do cursista. Os aspectos procedimentais são desenvolvidos nos espaços onde a gestão pública se realiza, ou seja, em órgãos da administração pública, ou nas instalações da escola, utilizando laboratórios de informática para realização de simulações e experimentos da utilização de TIC na gestão pública.

A prática da pesquisa científica é transversal a todo o percurso formativo do CSTGP e, aliada às metodologias ativas, provoca e fomenta o protagonismo do estudante na condição

de pesquisador. Essa prática é inicialmente alicerçada com o experimento de métodos e técnicas de estudo, aprofundada com a produção de trabalhos acadêmicos elaborados à luz da metodologia científica. O estudante no seu percurso formativo desenvolverá 4 (quatro) projetos denominados **Projeto Integrador – PI**, que juntos compõem a quarta unidade educacional do currículo do CSTGP.

Nessa concepção metodológica, a articulação das unidades educacionais permite integrar conhecimentos, práticas e condutas necessárias ao desenvolvimento das atividades, visando a atender às necessidades do Estado e, sobretudo, da população.

Esta composição curricular pode ser representada graficamente como segue:

Quadro 1 - Representação Gráfica do Currículo por Blocos Pedagógicos

ORGANIZAÇÃO/ ANO	COMPOSIÇÃO/ CARGA HORÁRIA	ÁREA INTEGRADA
Bloco Pedagógico I Identidade do Tecnólogo em Gestão Pública e iniciação à fundamentação legal e técnica da gestão pública.	1º semestre MTI 100 a 104, HPGP, PI	Articulação e complementaridade entre os saberes necessários à constituição do gestor público como profissional, e as bases legais, conceituais, éticas e tecno-operacionais da gestão de políticas públicas.
	2º semestre MTI 201 a 205, HPGP, APE, PI	
Bloco Pedagógico II Domínio dos procedimentos e recursos técnicos da Gestão Pública e articulação com o mundo do trabalho e a sociedade usuária dos serviços públicos.	3º Semestre MTI 301 a 305, HPGP, APE, PI	Conhecimento e experimentação dos instrumentos e procedimentos técnicos da concepção, planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas, em articulação sistemática com as demandas da sociedade por serviços públicos.
	4º Semestre MTI 301 a 305, HPGP, APE, PI	
TOTAL		1680h

Fonte: Elaboração dos autores

4.3 Organização Curricular

A estrutura do currículo do CSTGP está organizada em dois grandes blocos pedagógicos que resultam na integração de áreas, que por sua vez comportam um conjunto articulado de unidades educacionais, na realização das quais está distribuída a carga horária do curso. Essa organização visa a sistematizar e representar a integração entre essas áreas do conhecimento e experimentação profissional em gestão pública que ocorre no curso por meio de uma sequenciação articulada das unidades educacionais.

Essa organização curricular apoia-se na abordagem interdisciplinar dos MTIs sobre as temáticas contempladas, é fundamentada com a prática do estudo sistemático fomentado pelas metodologias ativas, iniciação científica, experimentação profissional, proximidade com a realidade *loco* regional, para assim contribuir com o processo de construção das competências requeridas de tecnólogo em gestão pública.

Essa organização **curricular** está apresentada a seguir na forma de quadro, identificando as unidades educacionais que o compõem, a carga horária e o bloco pedagógico a que pertence.

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO – ESG
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA
Quadro 2 - MATRIZ CURRICULAR – 2022.2

ORGANIZAÇÃO / ANO	ÁREA INTEGRADA	UNIDADES EDUCACIONAIS	OBRIGATORIEDADE	C H	
Bloco Pedagógico I (1º ano) Módulos I e II	– Articulação e complementaridade entre os saberes necessários à constituição do gestor público como profissional e as bases legais, conceituais, éticas e tecno-operacionais da gestão de políticas públicas	MÓDULO I – 1º semestre			
		MTI 100 - Introdução ao Ensino das Metodologias Ativas na Gestão Pública	Obrigatória	40	
		MTI 101 - Introdução à Pesquisa Científica	Obrigatória	60	
		MTI 102 - Fundamentos Normativos da Política e da Gestão Pública	Obrigatória	60	
		MTI 103 - Estudos Comparativos: Gestão e Orçamento Público	Obrigatória	60	
		MTI 104 - Sustentabilidade Social e Ética no Serviço Público	Obrigatória	60	
		HPGeP - Habilidades Profissionais em Gestão Pública I	Obrigatória	60	
		Projeto Integrador - PI I	Obrigatória	60	
		TOTAL			400
		MÓDULO II – 2º semestre			
		MTI 201 - Administração Voltada à Gestão Pública	Obrigatória	60	
		MTI 202 - Gestão de Pessoas na Administração Pública	Obrigatória	60	
		MTI 203 - Contratações Públicas	Obrigatória	60	
		MTI 204 - Contabilidade e Economia no Setor Público	Obrigatória	60	
		HPGeP - Habilidades Profissionais em Gestão Pública II	Obrigatória	60	
		APE - Atividades de Pesquisa e Extensão I	Obrigatória	50	
		Projeto Integrador - PI II	Obrigatória	50	
		TOTAL			400

Bloco Pedagógico II (2º ano) Módulos III e IV	Domínio dos instrumentos e procedimentos técnicos da concepção, planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas, em articulação sistemática com as demandas da sociedade por serviços públicos.	MÓDULO III –3º semestre			
		MTI 301 - Gestão de Contratos e Controle na Administração Pública	Obrigatória	60	
		MTI 302 – Gestão de Processos: Sistemas, Processos e Gestão de Conflitos	Obrigatória	60	
		MTI 303 - Administração de Material e Patrimônio	Obrigatória	60	
		MTI 304 – Sistemas de Informação no Setor Público	Obrigatória	60	
		HPGeP - Habilidades Profissionais em Gestão Pública III	Obrigatória	60	
		APE - Atividades de Pesquisa e Extensão II	Obrigatória	50	
		Projeto Integrador - PI III	Obrigatória	50	
		TOTAL		400	
		MÓDULO IV –4º semestre			
		MTI 401 - Comunicação Institucional e Negociação	Obrigatória	60	
		MTI 402 - Políticas Públicas e Sociais	Obrigatória	60	
		MTI 403 - Planejamento Estratégico na Administração Pública	Obrigatória	60	
		MTI 404 - Gestão de Projetos voltados ao Setor Público	Obrigatória	60	
		HPGeP - Habilidades Profissionais em Gestão Pública IV	Obrigatória	50	
		APE - Atividades de Pesquisa e Extensão III	Obrigatória	68	
		Projeto Integrador - PI IV	Obrigatória	50	
		TOTAL		400	
		Unidade Educacional Transversal			
		Ética, Cultura e Diversidade I		Obrigatória	36
Ética, Cultura e Diversidade II		Obrigatória	36		
TOTAL			80		
TOTAL DA CARGA HORÁRIA MÍNIMA OBRIGATÓRIA (em horas)			1680		
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES (Efetuadas durante todo o curso em caráter optativo)			80		
UNIDADES EDUCACIONAIS OPTATIVAS					
Libras		Optativa	60		
Inglês Técnico		Optativa	40		

Fonte: UnDF (2022)

Observação:

- As Unidades Educacionais Ética, Cultura e Diversidade I e II devem ser integralizadas pelos estudantes até o final do curso.

- As unidades educacionais optativas podem ser ofertadas de forma virtual, em modalidade educação a distância, em consonância com o art. 2º da Portaria nº. 2.117, de 6 de dezembro de 2019 que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de ensino a distância - EaD, em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior. Caso ofertadas em EaD, os planos de ensino descreverão a forma de integralização da respectiva carga horária.

4.4 Ementas das disciplinas

Este ementário fundamenta-se em bases legais que regem o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, como o Parecer CNE nº 436/2001 e a Resolução CNE/CP nº 3/2002, e se organiza por blocos pedagógicos identificados para cada ano do curso, que se articulam nas unidades educacionais MTIs, HPGeP, Atividade de Pesquisa e Extensão e Projeto Integrador.

EMENTAS DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

1º semestre

Introdução ao Ensino das Metodologias Ativas na Gestão Pública

Módulo básico sobre Metodologias Ativas. Aprender a aprender. Andragogia. Metodologias ativas e estratégias pedagógicas diversificadas. Avaliação formativa. Aprendizagem Baseada em Problema – ABP. Papéis na Dinâmica Tutorial. Aprendizagem significativa. Metacognição. Competências profissionais, socioemocionais e tecnológicas.

Introdução à Pesquisa Científica

Pesquisa e a produção acadêmica. Construção do conhecimento científico. Normas técnicas. Escrita de trabalhos acadêmicos. Ética em pesquisa. Elaboração de mapas mentais, de pesquisa em repositório de produção científica, produção de fichas de leitura, registros reflexivos e outros, de acordo com as normas vigentes.

Fundamentos Normativos da Política e da Gestão Pública

A administração pública. Legislação básica. Fundamentos teóricos e normativas jurídicas da gestão pública. Aspectos teóricos e práticos da Legislação. Principais instituições que compõem o ordenamento jurídico nacional. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional. Aspectos teóricos e práticos. Crimes contra a Fazenda Pública. Os direitos sociais na Constituição Brasileira. Direito de greve. Legislação previdenciária. A Seguridade Social a partir da Constituição Federal de 1988. Estudo de normas e princípios fundamentais do Direito Público. Apresentação do Estado nas suas relações de direito interno e internacional.

Estudos Comparado: Gestão e Orçamento Público

Modelos de planejamento governamental e institucional. Conceito tradicional e moderno do planejamento e do orçamento governamental. Plano Plurianual - PPA e a integração planejamento, orçamento e gestão. Sistema federal de planejamento e orçamento e o Plano Plurianual. Elaboração de programas, monitoramento e avaliação do PPA. Planejamento e orçamento. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária. Fase legislativa do orçamento. Controle interno e controle externo. Lei de Responsabilidade Fiscal. Fontes da receita e de endividamento público nos três níveis de poder.

Sustentabilidade Social e ética no setor público

Contexto histórico do surgimento da Responsabilidade Social Empresarial - RSE. A RSE como diferencial competitivo no mundo contemporâneo. Ações de responsabilidade social de empresas no Brasil e seus impactos nas comunidades. O surgimento da questão da ética nos negócios. Sustentabilidade ambiental e social. Ecologia. A dimensão da mudança e os impactos ambientais. Recursos renováveis. Recursos não renováveis. Biodegradabilidade, incineração, toxicidade,

equilíbrio ambiental, reciclagem. A sustentabilidade da empresa e ações de sustentabilidade na sociedade. Código de Ética do Servidor Público.

2º semestre

Administração voltada à gestão pública

O Estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. *Accountability* e *Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

Gestão de pessoas na administração pública

Evolução da gestão de pessoas. Conceitos da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Planejamento estratégico de pessoas. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Cargos e salários. Programas de incentivos e benefícios. Prêmios e recompensas. Desenvolvimento de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Avaliação de desempenho individual. Sistemas de informações gerenciais na gestão de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.

Contratações públicas

Legislação aplicável. Princípios. Pressupostos da licitação. Cabimento. Objeto licitável. Modalidades. Tipos. Licitação dispensada, dispensável e inexigível. Registros cadastrais e de preços. Procedimento licitatório. Fase interna. Fase externa: edital, habilitação, propostas, julgamento, homologação, adjudicação. Anulação e revogação. Penalidades para o licitante. Recursos administrativos. Pregão presencial e eletrônico.

Contabilidade e economia no setor público

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade pública e orçamentária. Contabilidade pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF. Economia do setor público. Política fiscal: visões teóricas. O papel do Estado. Sistema tributário: conceitos básicos, tipos de impostos e carga tributária. Sistema tributário brasileiro: evolução recente. Orçamento público e política orçamentária. Federalismo fiscal. *Déficit* e dívida pública. Política fiscal e finanças públicas no Brasil: evolução recente.

3º semestre

Gestão de contratos e controle na administração pública

Contratos administrativos e contratos de direito privado. Características. Requisitos.

Formalização. Espécies. Cláusulas exorbitantes. Equação econômico-financeira. Execução e fiscalização. Penalidades. Extinção dos contratos administrativos. Figuras afins: convênios e termos de parceria. Conceito e abrangência do controle. Espécies. Controle financeiro. Controle pelos tribunais de contas. Características e abrangência. Organização e competências do TCU e do TCE. Principais atos normativos. Controle judicial. Ações constitucionais. Atuação do Ministério Público. Improbidade administrativa. Crimes na Lei nº 8.666/1993.

Gestão de Processos: Sistemas, Processos e Gestão de Conflitos

Sistemas. Gestão de processos. Teoria dos processos organizacionais. Processos e os mecanismos de tomada de decisão na administração pública. Gspública, os Ciclos de Deming e a metodologia BPM na gestão de processos. Rotinas, fluxogramas e mapeamentos de processos. Modelagem de processos. Liderança na gestão de processos e na gestão de conflitos. Gerenciar conflitos organizacionais.

Administração de Material e Patrimônio

Introdução à administração de material e patrimônio. Conceituação de material e patrimônio. O patrimônio das empresas e órgãos públicos. Atividades básicas da administração de material e patrimônio. Previsão e controle de estoque. O sistema de compras em organizações. A administração de materiais no serviço público.

Sistemas de Informação no Setor Público

Fundamentos de sistemas, processos e informações. Tecnologia e sistemas de informações: aplicações no setor público e privado. Gestão de tecnologia da informação no setor público. Planejamento estratégico e tecnologia da informação. Governo eletrônico. Governança tecnológica. Padrões de sistemas de informação e políticas públicas.

4º semestre

Comunicação Institucional e Negociação

Importância da comunicação. Processos de comunicação. A comunicação interpessoal, grupal e organizacional. A comunicação interna e externa. Criação do *portfolio* acadêmico e profissional. Dinâmica da comunicação organizacional. Administração de conflitos. Processo de negociação: habilidades, problemas e técnicas. Fatores psicológicos da negociação. Tópicos especiais de comunicação e negociação. Estudo de casos. *Marketing* e publicidade na gestão pública.

Políticas Públicas e Sociais

Conceitos de política pública: estruturação e aplicações. Formulação, análise, controle e avaliação das políticas públicas no Brasil. Noções de arena política, organização de interesses e agenda governamental. Introdução ao tema e conceitos básicos; teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais; formulação e gestão e políticas sociais; o papel dos sujeitos políticos na formulação e controle social das políticas públicas. Análise comparada das políticas sociais no Brasil em políticas sociais setoriais e transversais; constituição e gestão dos orçamentos e fundos públicos; análise comparada das políticas sociais. Políticas de saúde, educação, segurança pública, segurança alimentar.

Planejamento Estratégico na Administração Pública

Visão geral da administração estratégica. Funções estratégicas do processo de gestão. O processo de gestão estratégica no setor público – funções e características. O planejamento estratégico no setor público. Estrutura do planejamento estratégico. Implantação do processo de planejamento

estratégico. Desdobramento para os diversos níveis envolvidos. Processo de controle, acompanhamento, avaliação e ajustes. Mudança organizacional. Resistência à mudança. Aprendizagem organizacional.

Gestão de Projetos Voltados ao Setor Público

Criatividade e inovação. Considerações gerais sobre elaboração e gerenciamento de projetos. Projetos nas organizações públicas. Projetos nas instituições: plano/programa/projetos. Processos do projeto. Metodologias abordadas: Método ZOPP; Gestão de projetos com base em Resultados (RBM); e Método PMI. Ciclo de vida dos Projetos. Fases dos projetos.

Ética, Cultura e Diversidade

Reflexão histórica e origem do conceito de ética. Ética e cidadania. Ética e moralidade na gestão pública. Estado Laico. Multiculturalismo e Ideologia. Pluralidade social. Desigualdade e concentração de renda. Desenvolvimento sustentável. Sociedade e meio ambiente.

5. ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO

A extensão universitária é parte essencial da formação para o exercício da Gestão da Pública superior à medida que proporciona a criação e manutenção de vínculos produtivos e horizontais entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Esses vínculos entre IES e sociedade devem ser construídos por meio de uma relação cooperativa da IES com seu entorno, considerando tanto a sua circunvizinhança *loco* regional quanto seu pertencimento e sua interlocução com os setores da sociedade que dialoguem com suas áreas de formação.

Como parte da extensão acadêmica, estão os Projetos de Pesquisa e Extensão, que serão dirigidos ao estudo e à proposição de aperfeiçoamento dos serviços públicos e privados, podendo abordar, juntamente com os usuários, aspectos da sua entrega ou, por parte dos seus operadores, quanto aos modos de sua gestão.

É necessário considerar algumas particularidades do CSTGP que incidem sobre o desenvolvimento das Atividades de Pesquisa e Extensão, mais especificamente o perfil dos estudantes, cujo grupo se constitui, nas primeiras turmas de ingressos, exclusivamente de servidores públicos do GDF, bem como o horário de funcionamento do curso que ocorre prioritariamente no turno noturno. A condição de servidores públicos os torna portadores de importantes conhecimentos prévios a respeito da gestão pública. Por outro lado, por estarem no exercício de suas funções profissionais por oito horas diárias em média, o funcionamento noturno do curso diminui as possibilidades de interação presencial com possíveis

comunidades parceiras, inclusive com órgãos públicos e seus respectivos gestores. Essas duas características convergem para a necessidade de se desenvolver formas alternativas de interação entre estudantes e essas comunidades, bem como para a organização do tempo de pesquisa e de produção escrita do projeto de pesquisa e extensão. Agregue-se a estas características a adoção, no CSTGP, dos princípios da andragogia que buscam valorizar e abordar metodologicamente as características cognitivas das pessoas adultas.

Destaca-se, também, como particularidade do CSTGP que incide sobre o Projeto de Pesquisa e Extensão a adoção de metodologias ativas, as quais preconizam o protagonismo dos estudantes nos processos de aprendizagem, e ainda o fomento da leitura crítica, reflexiva e resolutiva sobre a realidade, fatores esses que, combinados à organização do curso em um currículo integrado, encaminham-nos a uma interlocução permanente com a sociedade e o mundo do trabalho. A relação entre os estudantes e a sociedade, materializada com as “comunidades parceiras”, no escopo dos projetos, dar-se-á mediada pelos princípios e procedimentos propostos pela educação popular, especialmente do que diz respeito à troca horizontalizada e cooperativa de saberes entre os meios acadêmicos e os conhecimentos populares.

As atividades previstas para essa unidade educacional poderão ser realizadas em modalidade de ensino híbrido, ou seja, com o revezamento da realização de atividades acadêmicas presenciais e telepresenciais, ambas síncronas, sendo as atividades presenciais realizadas nas dependências da ESG ou em comunidades parceiras nesses projetos, e as atividades telepresenciais realizadas por meio da plataforma virtual de educação utilizada pela ESG.

A participação e o desempenho dos estudantes nas atividades de extensão serão avaliados por meio de procedimentos e instrumentos de avaliação próprios que deem conta de uma avaliação ampla e processual, em que a imersão do estudante nos ambientes de aprendizagem, sejam virtuais ou físicos, possibilite a manifestação de aspectos cognitivos, habilidades e atitudes.

Essa avaliação será realizada durante e ao final de cada etapa do Projeto de Extensão, constando de autoavaliação, avaliação dos pares e avaliação pelo/do tutor das práticas, por meio de procedimentos e formatos avaliativos específicos, baseados nas premissas da

avaliação formativa. Serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos da participação do estudante nas atividades de extensão ao longo da sua efetivação, bem como da pesquisa (trabalho escrito) e da apresentação deste. A avaliação formativa tem por objetivo auxiliar o desenvolvimento das competências relacionadas às atividades de extensão, focando na aquisição das habilidades profissionais enquanto se fortalecem as potencialidades apresentadas pelo estudante. Nesse sentido, destaca-se a necessidade estratégica das devolutivas de avaliação apresentadas pelo docente, as quais podem permitir a reorientação pelo estudante do seu envolvimento nas atividades.

A avaliação será realizada pela ESG, obedecendo aos parâmetros deste documento e às determinações das Resoluções de Avaliação exaradas pela instituição, independentemente do local e da modalidade de execução das atividades de extensão.

A avaliação dos estudantes será efetivada processualmente, a cada atividade acadêmica realizada, e, para isso, o tutor deverá reservar um período específico no seu planejamento. Além dessa avaliação individual, ocorrerá regularmente, ao final de cada atividade, em grupo, a avaliação 360º, para oportunizar aos estudantes a autoavaliação, a avaliação dos pares, a do tutor e a de todos os envolvidos na realização das atividades.

O estudante que obtiver os conceitos de Aprendizagem Insuficiente – AI ou Aprendizagem Não Evidenciada – ANE nas atividades de extensão deverá recorrer às atividades de reavaliação, ao final desta unidade educacional, em data especificamente estabelecida para isso no cronograma desta unidade educacional.

6. PROJETO INTEGRADOR

O Projeto Integrador - PI é uma unidade educacional do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, da Escola Superior de Gestão, da Universidade do Distrito Federal - UnDF. É definido como uma estratégia metodológica de ensino orientada a promover atividades educacionais interdisciplinares e transdisciplinares, a partir de percepções pertinentes à realidade profissional do estudante. Estudiosos como Hernández e Ventura (1998) definem os projetos de trabalho como:

[...] uma forma de organizar a atividade de ensino e aprendizagem que implica considerar que tais conhecimentos não se ordenam para sua compreensão de uma forma rígida, nem em função de algumas referências disciplinares preestabelecidas ou de uma homogeneização dos alunos (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998, p. 61)

Portanto, essa unidade educacional tem como objetivo valorizar e integrar as unidades de ensino, articulando a teoria e prática a partir do exercício da percepção, da investigação e da pesquisa como princípio educativo, para a compreensão de um tema e proposição de soluções para um problema real.

O Projeto Integrador tem o intuito de despertar no estudante a curiosidade, o questionamento e o interesse pela solução dos problemas, o que o torna protagonista na produção do seu conhecimento; também ressignifica o processo de aprendizagem à medida em que o aproxima da realidade, combinando-o à prática social por meio da ação transformadora da realidade.

Nesse sentido, a UnDF concebe os projetos integradores como uma possibilidade, como defende Zabala (2002), de “organizar conteúdos escolares na perspectiva da globalização, criando situações de trabalho nas quais a aprendizagem de alguns procedimentos ajude a organizar, compreender e assimilar uma informação” (ZABALA, 2002, p.209).

Os Projetos Integradores proporcionam a articulação das competências e habilidades dos futuros profissionais, tão necessárias às exigências do mundo do trabalho. Essa articulação é relevante quando trata os problemas cotidianos em situações de ensino mais contextualizados, em que o estudante deve “compreender que o conhecimento construído não é uma representação fiel da realidade, mas uma das interpretações possíveis. Consequentemente, toda a realidade revelada depende de quem está “pilotando” o processo de construção do conhecimento.” (MORAES E NAVAS, 2010, p.53).

A proposta do Projeto Integrador visa dinamizar, dar vida ao currículo integrado, articulando os diferentes campos dos conhecimentos do CSTGP por meio da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, com o propósito de conduzir o estudante a perceber as prováveis conexões no conjunto dos sistemas científicos mais amplo, como, por

exemplo, desenvolver a capacidade de ultrapassar a ordem e a organização disciplinar, para dar lugar a inter e a transdisciplinaridade. A primeira, interdisciplinaridade, ultrapassa o conhecimento específico, mas ainda permanece inscrita na pesquisa disciplinar, isto é, a interdisciplinaridade é a arte do aprofundamento que evoca um espaço comum entre os diferentes saberes, quando promove o intercâmbio de métodos entre áreas do conhecimento, fazendo interagir duas ou várias disciplinas. Já a transdisciplinaridade, segundo Nicolescu (1999, p.3), é um “princípio epistemológico que se apresenta em uma dinâmica processual que tenta superar as fronteiras do conhecimento disciplinar mediante a integração de conceitos e metodologias. Não se trata, portanto, de uma nova disciplina e nem uma hiper disciplina, embora delas se utilize. Para tanto, ela requer também uma atitude de abertura diante do conhecimento construído.

Assim, fica mais clara a compreensão do sufixo “trans” como elemento propulsor da elaboração dos Projetos Integradores dos Cursos Superiores de Tecnologia - CST, porque sua materialização “privilegia aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, por meio das diferentes disciplinas e mais além de qualquer disciplina, e tem por objetivo a compreensão do mundo que requer, como imperativo, a unidade do conhecimento. ” (NICOLESCU 1999, p.33)

A prática dessa atividade deve estar vinculada a ambientes de aprendizagem, sejam “cenários permeados por fluxos de redes ou campos de ressonância como novos espaços energéticos e vibracionais, permeados por interações de natureza biopsicossocial, político-cultural e espiritual” (MORAES, 2008, p.138). Há necessidade de criação e preservação de espaços agradáveis de convivência e de transformação, que favoreçam o desenvolvimento de uma aprendizagem transdisciplinar, que rompa com o isolamento disciplinar, mas reconheça o seu lugar nesse processo. É mister conhecer novas teorias e saber como aplicá-las, mas também, sobretudo, aprender a operar as dinâmicas energéticas desses ambientes, no sentido de facilitar a criação de cenários e redes de aprendizagem integradas, nutridos por processos convencionais apoiados nos fundamentos da academia e fortalecer a formação de seus estudantes.

Assim, pode-se considerar o Projeto Integrador como estratégia didática que percorre etapas e procedimentos que favorecem a prática pedagógica interdisciplinar ou até mesmo a transdisciplinar, com a promoção de competências e habilidades necessárias à formação

profissional e cidadã do estudante.

O planejamento do Projeto Integrador deve ser desenvolvido percorrendo a seguinte linha de ação:

Passo 1 – Definição do tema e da problemática do Projeto Integrador.

Passo 2 – Elaboração do plano de trabalho e atribuições do papel de cada membro.

Passo 3 – Problematização.

Passo 4 – Desenvolvimento com implementação do projeto.

Passo 5 – Culminância do projeto.

Passo 6 – Avaliação do projeto e do desempenho dos estudantes.

Mais detalhamento quanto a esta unidade Educacional será fornecido em documento específico, voltado para sua estruturação.

7. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A estrutura organizacional do curso pode comportar no seu percurso formativo um conjunto de atividades complementares às práticas programadas para as unidades educacionais, visando ampliar as possibilidades de enriquecimento da formação dos estudantes. O Ministério da Educação (MEC, 2020) afirma que as atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza esse conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo.

Ainda de acordo com o MEC (2020), “são exemplos de atividades complementares: participação em eventos internos e externos à instituição de educação superior, tais como: semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais; integralização de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; atividades de iniciação científica, assim como de monitoria”.

De acordo com o Parecer do CNE/CES nº 492/2001, as atividades acadêmicas complementares poderão ocorrer fora do ambiente escolar, em várias modalidades, e deverão ser reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelos Colegiados decisórios da instituição de ensino e as coordenações dos Cursos.

No âmbito do CSTGP, essas atividades acadêmicas complementares são consideradas parte da formação por estarem intrinsecamente integradas às atividades didáticas previstas para as unidades educacionais, sendo-lhes complementares para a consecução dos objetivos de aprendizagem e, conseqüentemente, para a construção das competências desejadas para o egresso do curso, desde que tenham consonância com as diretrizes curriculares e metodológicas estabelecidas neste Projeto Pedagógico.

A incorporação e registro dessas atividades complementares ao histórico escolar e sua contribuição para a integralização da carga horária do curso deve seguir os parâmetros estabelecidos para sua validação e para o estabelecimento do tempo máximo a ser validado, conforme quadro abaixo:

7.1 Organização curricular das atividades complementares

Quanto às atividades acadêmicas complementares formativas realizadas pelos discentes no decorrer do curso, devem ser registradas, no histórico escolar, descritas no seguinte quadro:

Quadro 3 - Atividades complementares

Atividade	Forma de validação
Disciplina eletiva *	Apresentação de documento comprobatório
Iniciação científica **	Apresentação de relatório assinado pelo orientador
Monitorias	Apresentação de documento comprobatório de carga horária
Apresentação de trabalhos em seminários, congressos e eventos afins	Apresentação de documento comprobatório
Participação em seminários, congressos e eventos afins	Apresentação de documento comprobatório

Organização de semanas, congressos e eventos afins	Apresentação de documento comprobatório
Participação em projetos de gestão da Pública	Apresentação de documento comprobatório
Cursos livres que tenham relação com a temática desenvolvida no CSTGP ofertados por instituições públicas e privadas	Apresentação de documento comprobatório

Fonte: Elaborado pelos autores

Observação: *Disciplina eletiva ofertada pela ESG ou por outras instituições de ensino, cursadas durante o período em que o aluno está matriculado no curso; **Iniciação científica em projeto de pesquisa registrado na ESG.

Os certificados apresentados passarão por apreciação da equipe pedagógica para validação a partir da análise de conformidade e correlação temática. Só serão aceitos certificados comprobatórios de participação em atividades de, no mínimo, 3 (três) horas de carga horária.

8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

8.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem do estudante do CSTGP terá como referência as diretrizes e orientações regulamentadas pela Comissão de Graduação e Pós-Graduação - COMIG da Escola Superior de Gestão, por meio da Resolução nº 06, de 28 de outubro de 2020 (art. 3º, §1º). Tal resolução se encontra publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 207, de 03 de novembro de 2020.

Cada Unidade educacional - UE (Módulos Temáticos Interdisciplinares - MTIs, Habilidades Profissionais em Gestão da Tecnologia da Informação- HPGes, Atividades de Pesquisa e Extensão - APEs e Projeto Integrador- PI) do CSTGP utilizará mecanismos específicos para observar e interpretar o processo de desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes, de modo que, havendo necessidade, sejam feitas intervenções na ação pedagógica, seja referente aos tutores ou aos orientadores, para que os objetivos de aprendizagem elencados para o curso sejam alcançados pelos estudantes. Nesse sentido, durante o desenvolvimento de cada UE, o tutor e o orientador observarão sistematicamente os estudantes e, durante o realizar de cada atividade, registrarão, em formato específico, suas observações acerca da construção das aprendizagens.

Ainda que a avaliação das Unidades Educacionais seja feita de forma distinta, todas

utilizarão como referência a tabela de conversão de conceitos e pontos descrita no quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Conceito, Sigla, Pontuação e Resultado Final

CONCEITO (Descrição)	SIGLA	PONTUAÇÃO	RESULTADO FINAL
Aprendizagem Excelente	AE	9,0 - 10,0	Aprovado
Aprendizagem Adequada	AA	7,0 - 8,9	
Aprendizagem Suficiente	AS	5,0 - 6,9	
Aprendizagem Insuficiente	AI	0,1 - 4,9	Reprovado
Aprendizagem Não Evidenciada	ANE	0,0	Reprovado

Resolução Nº 05, de 13 de janeiro de 2020

8.1.1 Avaliação na Dinâmica Tutorial

O aprendizado do estudante é acompanhado pelo tutor e avaliado durante as Dinâmicas Tutoriais - DTs realizadas no decorrer do Módulo Temático Interdisciplinar- MTI. As impressões do tutor sobre a qualidade da discussão, as habilidades para o trabalho em equipe, as observações e ponderações sobre as aprendizagens serão registradas na Avaliação Estruturada de Desempenho da DT (AvED - DT), considerando a abertura e fechamento de cada DT e observando sempre a tabela de conversão de conceitos e pontos supramencionada.

8.1.2 Avaliação na Atividade Diversificada

Além das Dinâmicas Tutoriais, os estudantes também participarão de outras atividades, abordando metodologias e estratégias pedagógicas diversificadas, tais como: oficina de aprendizagem, gamificação, sala de aula invertida, exposição dialogada e outras. Para esses momentos, também haverá uma AvED como proposta de formato (AvED da AD) para registro das aprendizagens dos estudantes, em que serão observados o engajamento na atividade proposta como também o registro reflexivo (produção textual) feito a partir da sua participação na AD.

8.1.3 Avaliação Nas Habilidades Profissionais em Gestão Pública - HPGeP

Quanto à avaliação do nível de desenvolvimento do estudante no HPGeP, o tutor das práticas precisa desempenhar papel preponderante no que tange à organização dos processos de aprendizagem, bem como oferecer *feedback* permanente ao estudante, possibilitando, assim, sua percepção quanto às ações que este deve desenvolver para alcance das aprendizagens. As informações colhidas por meio da avaliação devem ser utilizadas pelo tutor das práticas para o planejamento de suas aulas e pelos estudantes para regular as aprendizagens por intermédio da análise de seus processos cognitivos e metacognitivos. Cabe ainda a estes conduzir processos de autoavaliação e serem protagonistas de sua própria aprendizagem, demonstrando assim iniciativa e autonomia.

8.1.4 Avaliação no Projeto Integrador

A avaliação do Projeto Integrador ocorrerá, como nas outras Unidades Educacionais, de forma processual e contínua. Serão feitas entregas parciais do produto (Projeto Integrador), em cada semestre. Para registro das aprendizagens nas entregas parciais como também para o registro da avaliação final, serão utilizados formatos específicos compartilhados no processo educacional.

8.2 Formatos de Avaliação

Para avaliar e registrar o nível de aprendizagem do estudante nas Unidades Educacionais do CSTGP, serão utilizados os seguintes formatos:

- Módulos Temáticos Interdisciplinares- MTIs.
 - ✓ Avaliação Estruturada de Desempenho- AvED.
 - ✓ Outros instrumentos ou procedimentos já predefinidos no MTI.
- Habilidades Profissionais em Gestão da Tecnologia da Informação- HPGePs.
 - ✓ Avaliação Estruturada de Desempenho Profissional- AvEDP.
 - ✓ Outros instrumentos ou procedimentos já predefinidos no MTI do HPGeP.
- Atividades de Pesquisa e Extensão - APE
 - ✓ Avaliação Estruturada de Desempenho nas APE.
- Projeto Integrador - PI
 - ✓ Avaliação Estruturada de Desempenho no PI.

8.3 Resultado da Avaliação do Estudante

A avaliação do estudante inicia-se nas primeiras atividades com a observação do tutor ou orientador e a interpretação de informações relacionadas ao seu desenvolvimento das aprendizagens, em que serão identificadas as suas potencialidades e fragilidades. Para aprovação, na Avaliação de cada Unidade Educacional, o estudante deverá atingir a Aprendizagem Suficiente (5,0 – 6,9), que o habilitará a dar continuidade ao seu processo educacional. Não obstante à Aprendizagem Suficiente ser o mínimo necessário, o aproveitamento do estudante estará condicionado à sua assiduidade mínima de 75% na UE e no semestre.

O estudante estará aprovado, caso obtenha frequência mínima de 75% e pontuação mínima de 5 (cinco), correspondente ao conceito Aprendizagem Suficiente- AS. O estudante estará reprovado caso não obtenha frequência mínima de 75% e/ou caso obtenha pontuação abaixo de 5 (cinco), correspondente aos conceitos: Aprendizagem Insuficiente - AI ou Aprendizagem Não Evidenciada - ANE.

9. PROCESSOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Considerando que a gestão acadêmica deve ser efetivada tomando como referência os resultados apontados nos processos de avaliação institucional internas e externas, torna-se extremamente necessário que seja desenvolvido e implementado um processo de auto avaliação periódica como parte imprescindível da gestão do curso. Esse processo de acompanhamento e avaliação institucional consiste na concepção, desenvolvimento e aplicação de mecanismos, instrumentos e procedimentos de monitoramento, acompanhamento e avaliação institucional capazes de alimentar um sistema de indicadores acadêmicos a respeito do funcionamento do curso, nos seus mais diversos aspectos, e o contextualizar com os objetivos postos para este curso.

Na estrutura organizacional da ESG, a **Comissão Própria de Avaliação- CPA** é a instância coordenadora das ações referentes à avaliação institucional interna e externa, o que inclui a avaliação institucional sobre a organização e o funcionamento do CSTGP. A Comissão Própria de Avaliação da ESG foi instituída por meio da Ordem de Serviço nº 02, de 22 de abril de 2020, publicada no DODF nº 70, de 24 de abril de 2020, que estabelece:

Art. 5º. O processo de avaliação interna ou autoavaliação da ESG é

coordenado pela Comissão Própria de Avaliação, que tem atuação autônoma (...)

Nesta Ordem de Serviço, as atribuições da comissão permanente de avaliação ainda ficam mais especificadas, mostrando-se intrinsecamente relacionadas ao processo de gestão acadêmica, como se vê:

§ 1º A Comissão tem a missão de realizar a avaliação institucional interna e de sistematização e prestação das informações solicitadas pelos órgãos educacionais, observando:

I – análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, finalidades e responsabilidades sociais da ESG;

II – o caráter público de todos os procedimentos;

III – o respeito à identidade de cada curso;

IV – a participação do corpo social da instituição.

Em consonância com as atribuições e a autonomia da Comissão Permanente de Avaliação como instância decisória em temas afeitos à avaliação institucional da ESG, cabe aos setores e às equipes responsáveis pela dinamização do processo de acompanhamento e avaliação institucional do CSTGP a saber, a Coordenação junto à ESG e o Grupo de Trabalho de Gestão Acadêmica - GTGA, subsidiar essa comissão com dados e indicadores a respeito dos mais diversos aspectos envolvidos na operacionalização do CSTGP e acompanhar a Coordenação junto à ESG na implementação das medidas recomendadas por esta comissão.

No âmbito do CSTGP, esse processo de acompanhamento e avaliação será efetivado por meio de estratégias que, realizadas em momentos distintos, por atores distintos ou não, e combinadas entre si, permitam observar o funcionamento do curso sistematicamente no seu processo de execução, abordando tanto os seus aspectos pedagógicos e particularmente didáticos quanto a suas implicações organizacionais, infraestruturais e técnico-operacionais. Essas estratégias convergem, no presente estágio de organização e operacionalização do curso, na realização da Avaliação da UE.

9. 1 Avaliação Institucional Externa

O processo de acompanhamento e avaliação institucional do CSTGP abrange também a relação com os processos de avaliação externa a que o curso está submetido, ocupando-se as equipes responsáveis desse acompanhamento tanto na preparação da instituição para a avaliação externa do curso, como para promover e apoiar a implementação por essa instituição das ações sugeridas pelos resultados delas decorrentes.

Os resultados da Avaliação Institucional Externa realizada pelo INEP/MEC, por meio do

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, serão tomados como referência para subsidiar a discussão institucional sobre os fatores elencados e a proposição fundamentada de medidas para a melhoria do curso.

Caberá, também, aos setores e às equipes responsáveis pela dinamização do processo de acompanhamento e avaliação institucional garantir a apropriação desses resultados, bem como dos seus desdobramentos por parte de toda a comunidade acadêmica da ESG.

10. PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICA

O processo de gestão acadêmica está relacionado às dimensões dos serviços necessários a registros, declaração, validação e certificação acadêmica, denominados Sistema de Registro Acadêmico - SRA, e aos serviços de orientação acadêmica, denominados Sistema de Orientação Acadêmica - SOA.

SRA, vinculado ao Sistema de Orientação Acadêmica, ligado à coordenação do curso, tem o objetivo de acompanhar as dificuldades enfrentadas pelo estudante nas diferentes etapas da sua formação. Busca-se prestar apoio ao discente orientando-o ao caminho do sucesso da aprendizagem e das diferentes atividades a serem realizadas, com vistas a combater possíveis índices de reprovação, evasão e fracasso escolar. São índices que exigem análise cuidadosa, porque associam variáveis diversas que podem afetar a vida acadêmica. Por outro lado, o esclarecimento relativo aos direitos e deveres constantes do Estatuto e do Regimento da ESG, são importantes neste processo.

O SOA desenvolverá as atividades de:

- a) Orientação acadêmica.
- b) Compreensão e planejamento do currículo para integralizá-lo de acordo com a necessidade de cada acadêmico.
- c) Acompanhamento no âmbito discente de atenção relacionada ao atendimento à saúde, necessidades especiais, cotas, bolsas, coordenação de estágios, grupo antidrogas.
- d) Levantamento de dados com professores do curso sobre as principais dificuldades dos estudantes quanto aos conhecimentos necessários para melhor desempenho nas disciplinas e no curso;
- e) Organização do conteúdo e atividades para compartilhar com estudantes os conhecimentos requeridos como necessários para as disciplinas, principalmente as do ciclo

básico.

f) Desenvolvimento da interação professor-estudante, por meio do sistema de monitoramento docente.

g) Fortalecimento e análise da imagem da profissão e do tecnólogo em gestão da tecnologia da informação perante os discentes, a partir do início do curso, com a inclusão em debates, palestras, visitas e incentivo a estágios, convidando profissionais que já atuam na área, dentre outros.

A criação do Sistema de Orientação Acadêmica deve seguir as indicações propostas por este projeto de curso superior de tecnologia. Assim, depois de redigido pela comissão elaboradora, o projeto será apreciado pelo Colegiado de Curso, para ser submetido à análise dos tutores e alunos, buscando aperfeiçoar a proposta por meio da discussão coletiva. Em seguida, deve ser apresentado para apreciação do Conselho Deliberativo.

A coleta de dados e a análise das informações serão efetuadas no momento das reuniões da Coordenação do Curso com todos os formadores do colegiado. Em tais reuniões, é prestada orientação para levantamento de informações referentes aos discentes do CSTGP tais como: notas dos estudantes nas disciplinas em semestres anteriores (histórico), número de reprovações por nota e por frequência, número de cancelamento de matrículas em disciplinas e de trancamento de matrícula no curso.

Juntamente com os dados levantados, é solicitada aos tutores avaliação das principais dificuldades e deficiências dos estudantes quanto ao conteúdo ministrado e as informações necessárias acerca dos processos de aprendizagem deles. Aos profissionais envolvidos no processo são oferecidos esclarecimentos por meio dos cursos de formação e disponibilizada documentação para compreensão do currículo.

Quando necessário, os estudantes são encaminhados para o Grupo de Apoio a Pessoas com Deficiência de Ensino-Aprendizagem, atendimento médico, grupo contra o uso de drogas e álcool, localizados nos programas de apoio social ofertados pelo Governo do Distrito Federal, bolsas e promoção de atividades de extensão, como cursos, palestras, encontros, debates, visitas técnicas (por exemplo: departamentos que atuem com a gestão da tecnologia da informação e de políticas públicas – interlocução); estágios e formação de grupos de estudos com auxílio de monitores e/ou estudantes de pós-graduação.

Ao final de cada semestre, o Colegiado fará reunião para a discussão e a implementação das sugestões para melhoria do SOA. Os critérios de avaliação do Sistema serão discutidos e aprovados em Colegiado do Curso. Os parâmetros monitorados para esta

avaliação são:

- a) Acolhimento e orientação dos estudantes em suas particularidades.
- b) Diminuição do número de cancelamentos de matrículas por módulos.
- c) Diminuição do número de trancamentos de curso.
- d) Caracterização de conflitos disciplinares.
- e) Caracterização de demandas de caráter pedagógico pelos alunos.
- f) Quantidade de encaminhamentos para programas específicos da ESG e sugestões de mudanças e incremento de ações de atividades complementares ao currículo.

A ação do Sistema de Orientação Acadêmica resulta em melhor desempenho dos alunos, melhor imagem do profissional formado na ESG, aumento da concorrência no processo seletivo para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação e redução no número de trancamento de matrículas e abandono do curso.

11. PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO

As coordenações de curso deverão apresentar ao Conselho Deliberativo modelo de SOA que contemple a forma de acompanhamento da vida acadêmica dos seus estudantes.

12. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LOGÍSTICA

A infraestrutura física para a realização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública será a da Escola de Governo do Distrito Federal:

- 16 salas de aula.
- 2 laboratórios de informática.
- 1 sala para desenvolvimento de projetos/reuniões.
- 1 secretaria.
- 1 gabinete para professores.
- 1 biblioteca setorial.

A EGOV providenciará todo o suporte logístico para o funcionamento do curso no espaço da Escola de Governo: recursos de informática e mídias digitais, materiais instrucionais, agendamento para utilização de espaços físicos e eventos relacionados ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

13. CORPO DOCENTE (FORMAÇÃO E TEMPO DE DEDICAÇÃO) E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

No âmbito da ESG, a instrutoria diz respeito às atividades de ensino, aprendizagem e de elaboração de materiais didático-pedagógicos referentes às unidades educacionais dos cursos superiores ofertados pela Escola. Assim, os tutores são responsáveis pelas atividades didático-pedagógicas do CSTGP.

Dentre as ações listadas pelo Regimento Interno da ESG para o exercício dessa função, destacam-se as seguintes: realização de palestras e conferências; participação nas atividades de coordenação pedagógica; atuação em tutoria ou atividades similares; elaboração de material didático-pedagógico; apoio às atividades do corpo docente.

A propósito, também se destacam os deveres da tutoria segundo o referido documento:

(...) Art. 44. São deveres do instrutor:

I - conhecer e ter domínio das metodologias ativas, do currículo integrado, da gestão dos processos de aprendizagem, da estrutura das atividades práticas, competências e dos objetivos de aprendizagem utilizadas;

II- desenvolver as atividades de instrutoria, sob a forma de formação, treinamento, desenvolvimento e similares e de coordenação pedagógica;

III - participar do planejamento das atividades pedagógicas;

IV - organizar, junto à Coordenação da ESG, os processos relativos à gestão e execução das atividades práticas e de articulação com os cenários de aprendizagem definidos para o semestre letivo em curso;

V - quando convocado, participar das reuniões de coordenação pedagógica definidas com objetivo de: planejar, avaliar e revisar as atividades pedagógicas do módulo temático, contemplando seus conteúdos, situações-problema e avaliações somativa e formativa; elaborar, orientar e avaliar o planejamento curricular, bem como de conteúdo 21 do módulo em que atua como instrutor; e promover espaços contínuos e sistemáticos de formação continuada;

VI - apoiar o planejamento das atividades de investigação, elaboração e sistematização do conhecimento científico, despertando o raciocínio lógico e empírico das pesquisas qualitativa e quantitativa, bem como

a análise e interpretação de seus resultados, pautada nos pressupostos da metodologia científica;

VII - participar de cursos de qualificação profissional e/ou reuniões, quando convocado pela ESG, pela EGOV e/ou pela FUNAB;

VIII - comunicar, em tempo hábil, à Secretaria de Assuntos Acadêmicos da ESG necessidade de eventual afastamento das atividades ou ocorrência de quaisquer outros infortúnios que inviabilizem a atuação como instrutor. (Regimento Interno da Escola Superior de Gestão);

IX - participar de reuniões com coordenadores e diretores da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB e da ESG.

13.1 Núcleo Docente Estruturante para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Segundo estabelece o Regimento Interno da ESG, amparado na Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, o NDE tem como principais incumbências as seguintes ações: contribuir com a consolidação do perfil profissional de egressos do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as atividades educacionais; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento das linhas de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades da graduação, do mercado de trabalho e das políticas públicas concernentes à área de conhecimento do curso. Ademais, outra responsabilidade central cumprida pelo NDE consiste no processo acadêmico de concepção, acompanhamento, consolidação e contínua atualização dos Projetos Pedagógicos de Cursos.

A operacionalização do Núcleo Docente Estruturante ocorrerá na medida em que seus membros, no todo, em parte ou individualmente, participarem de atividades propostas pelo Conselho Deliberativo ou pela coordenação do curso.

14. DA CERTIFICAÇÃO

Para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública, o estudante deverá:

- Concluir com aprovação todos os componentes curriculares do curso no prazo de integralização.
- São competências e habilidades a serem registradas em função desta certificação:

- Avaliar a aplicação de processos gerenciais relacionados com a prestação de serviços públicos.
- Adequar a capacidade de atendimento do governo (independentemente da esfera de atuação e do poder público) às necessidades da sociedade.
- Aperfeiçoar ações relacionadas com a prestação de serviços públicos.
- Exercer a gestão pública, otimizando (inclusive pela qualidade) rotinas e procedimentos.
- Liderar e atuar em equipes multidisciplinares, tendo em vista a qualidade na gestão pública.
- Aplicar no setor de gestão pública e administração pública (direta e indireta) novas tecnologias e métodos de trabalho e novas rotinas de procedimentos.
- Exercer suas atividades afinadas com as equipes de trabalho e com os princípios éticos que presidem as atividades do servidor público.
- Controlar e avaliar os processos e rotinas da administração pública.

REFERÊNCIAS

BELACIANO, Mourad Ibrahim. **Uma forma curricular**: notas para uma teoria de currículo para a educação médica. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22548>. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. [Brasília]: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB]. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [Brasília]: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia**. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 436/2001, 2 de abril de 2001**. [Brasília]: CNE, 2001. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN4362001.pdf?query=INOVA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. [Brasília]: CNE, 2006. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. [Brasília]: CNE, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13207-resolucao-cp-2002>. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. [Brasília]: CNE, 2002. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN32002.pdf?query=Acompanhamento%20pedag%C3%B3gico. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania**: a reforma gerencial

brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

COUTINHO, Marcelo James Vasconcelos. Administração pública voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 51, n. 3, jul./set. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v51i3.331>. Acesso em: 28 abr. 2022.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 34.591, de 22 de agosto de 2013**. Institui a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB e dá outras providências.[Brasília]: Governo do Distrito Federal, 2013. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/74904/exec_dec_34591_2013.html. Acesso em: 28 abr. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federal. **Manual do Curso de Enfermagem**. Brasília: ESCS, 2016.

DISTRITO FEDERAL. **Resolução CEDF nº 02, de 19 de setembro de 2017**. Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema de Ensino do Distrito Federal. [Brasília]: CEDF, 2017. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/cedf-2-2017-cedf_608845f7711ad.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

FERRAREZI, Elisabete; ZIMBRÃO, Adélia. Formação de carreiras para a gestão pública contemporânea: o caso dos especialistas em políticas públicas e gestão governamental. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., Santiago, Chile. **Anais [...]**. Brasília: ENAP, 2005. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/735>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MITRE, S. M. *et al.* Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciências Saúde Coletiva**, v. 13, n. 2, p. 2133-2144, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000900018>. Acesso em 28 abr. 2022.

PETRUCCI, Vera Lúcia; SANTOS, Maria Helena C.; BRITO, Marcelo. (coord.) **Escolas de governo e profissionalização do funcionalismo**. Brasília: ENAP, 1995. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/979>. Acesso em: 28 abr. 2022.

ROUANET, Sergio Paulo. **Criação no Brasil de uma escola superior de administração pública**. Brasília: ENAP, 2005. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/634>. Acesso em: 28 abr. 2022.

TROSA, Sylvie. **Gestão pública por resultados**: quando o Estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

VILLA-ALVAREZ, Florindo. **Escola de Governo e a eficácia da gestão pública**. Brasília, 1990.

007. Estabelece regras de encerramento do ANEXO I – EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

ANEXO I
EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

1º semestre

Fundamentos Normativos da Política e da Gestão Pública

A administração pública. Legislação básica. Fundamentos teóricos e normativas jurídicas da gestão pública. Aspectos teóricos e práticos da Legislação. Principais instituições que compõem o ordenamento jurídico nacional. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional. Aspectos teóricos e práticos. Crimes contra a Fazenda Pública. Os direitos sociais na Constituição Brasileira. Direito de greve. Legislação previdenciária. A Seguridade Social a partir da Constituição Federal de 1988. Estudo de normas e princípios fundamentais do Direito Público. Apresentação do Estado nas suas relações de direito interno e internacional.

- Bibliografia Básica:

BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Série: Os Pensadores).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 abr. 2021.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=> Acesso em: 14 abr. 2021.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Série: Os Pensadores).

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos de sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. (v. 1)

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos de sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. (v. 2)

- Bibliografia Complementar:

LIMA, Ricardo Rodrigues Alves de; SILVA, Ana Carolina Silva Ramos e. **Introdução à sociologia de Max Weber**. Curitiba: Intersaberes, 2012. (Série Fundamentos da Sociologia). [recurso eletrônico]

QUENEHEN, Rômulo. **Direito Administrativo no setor público**. Curitiba: Contentus, 2020. [recurso eletrônico]

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Estudos Comparados: Gestão e Orçamento Público

Modelos de planejamento governamental e institucional. Conceito tradicional e moderno do planejamento e do orçamento governamental. Plano Plurianual - PPA e a integração planejamento, orçamento e gestão. Sistema federal de planejamento e orçamento e o Plano Plurianual. Elaboração de programas, monitoramento e avaliação do PPA. Planejamento e orçamento. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária. Fase legislativa do orçamento. Controle interno e controle externo. Lei de Responsabilidade Fiscal. Fontes da receita e de endividamento público nos três níveis de poder.

- Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de finanças públicas: fundamentos e prática de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal**. 3. ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2013. (Coleção Gestão pública)

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUZ, Adão Eleutério da. **Introdução à administração financeira e orçamentária**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015. (Série Gestão Financeira) [recurso eletrônico]

PAULO, Luiz Fernando Arantes. **Plano plurianual: teoria, prática e desafios para sua efetividade**. Curitiba: Juruá, 2016.

PALUDO, Agostinho Vicente; PROCOPICJCK, Mário. **Planejamento governamental: referencial teórico, conceitual e prático**. São Paulo: Atlas, 2011.

PERIS, Renata Wandroski. **Finanças públicas**. Curitiba: Contentus, 2020. [recurso eletrônico]

PIRES, João Batista Fortes de Souza. **Contabilidade pública: orçamento público, lei de responsabilidade fiscal**. 10. ed., rev., atual., e ampl. Brasília: Franco & Fortes, 2002.

- Bibliografia Complementar:

ANGÉLICO, J. **Contabilidade pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CONTI, José Maurício. **Levando o direito financeiro a sério: a luta continua**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2018. [recurso eletrônico]

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. JACINTHO, Jussara Maria Moreno. **A participação popular e o processo orçamentário**. Leme-SP: Ed. de Direito, 2000.

LEITE, Harrisom. **Manual do direito financeiro**. 2. ed. Salvador: Jus Podivium, 2013.

LOCHAGIN, Gabriel Loretto. **A execução do orçamento público: flexibilidade e orçamento impositivo**. São Paulo: Blusher, 2016. [recurso eletrônico]

MARIANO, Fabrício José Teixeira. **Gestão e orçamento público: políticas públicas, plano diretor, atendimento e ética no serviço público**. Brasília: Vestcon, 2009.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Sustentabilidade Social e ética no setor público

Contexto histórico do surgimento da Responsabilidade Social Empresarial - RSE. A RSE como diferencial competitivo no mundo contemporâneo. Ações de responsabilidade social de empresas no Brasil e seus impactos nas comunidades. O surgimento da questão da ética nos negócios. Sustentabilidade ambiental e social. Ecologia. A dimensão da mudança e os impactos ambientais. Recursos renováveis. Recursos não renováveis. Biodegradabilidade, incineração, toxicidade, equilíbrio ambiental, reciclagem. A sustentabilidade da empresa e ações de sustentabilidade na sociedade. Código de Ética do Servidor Público.

- Bibliografia Básica:

ABI, Alex Gobbo. **Ética e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Contentus, 2020. [recurso eletrônico]

BORTOLETO, Leandro; MULLER, Perla. **Noções de ética no serviço público**. 3. ed., Salvador: Jus podivm, 2018.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar. **Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância**. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

IRVING, Marta de Azevedo; OLIVEIRA, Elizabeth. **Sustentabilidade e transformação social**. São Paulo: Senac, 2012.

MACÊDO, Ivanildo Izaías de *et al.* **Ética e sustentabilidade**. Editora FGV, 2015.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

- Bibliografia Complementar:

CUNHA, Sérgio Sérvulo da. **Princípios constitucionais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARIANO, Fabrício José Teixeira. **Gestão e orçamento público: políticas públicas, plano diretor, atendimento e ética no serviço público**. Brasília: Vestcon, 2009.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PAULO, Vicente. **Aulas de direito constitucional**. 9. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

QUENEHEN, Rômulo. **Direito administrativo no setor público**. Curitiba: Contentus, 2020. [recurso eletrônico]

RODRIGUES, Zita Ana Lago. **Ética na gestão pública**. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Série Gestão Pública) [recurso eletrônico]

RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, Martius Vicente (Org.). **Ética e responsabilidade social nas empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. (Harvard Business Review)

SÁ, Antônio Lopes de. **Consciência ética**. Curitiba: Juruá, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética e valores humanos**. Curitiba: Juruá, 2007.

2º semestre

Administração voltada à gestão pública

O Estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. *Accountability* e *Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

- Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamentos de administração**. São Paulo: Elsevier, 2016.

CURY, Antonio. **Organização e métodos**: uma visão holística. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

MAXIMINIANO, Antônio C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. **Administração**. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIRES, Roberto. **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: InterSaberes, 2015. [recurso eletrônico]

- Bibliografia Complementar:

ANASTASIA, Fátima. Federação e relações intergovernamentais. *In*: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004, p. 185-203.

BARNEY, J. B.; HESTERLY, William S. **Administração estratégica e vantagem competitiva**: conceitos e casos. Tradução de Midori Yamamoto. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011. [recurso eletrônico]

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. São Paulo: Manole, 2014.

COSTA, Valeriano. Federalismo. *In*: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004, p. 173-184.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, métodos e processos**: administrando organizações por meio de processos de negócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ETZIONI, A. Mixed scanning: uma “terceira” abordagem de tomada de decisão. *In*: HEIDEMANN, F. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed. Unb, 2010.

MARTINS, H. F. **Uma teoria da fragmentação de políticas públicas**: desenvolvimento e aplicação na análise de três casos de políticas de gestão pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil**. Jorge Zahar Editor/ENAP, 1997.

PORTER, M. E. **Competição (on competition)**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

Gestão de pessoas na administração pública

Evolução da gestão de pessoas. Conceitos da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Planejamento estratégico de pessoas. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Cargos e salários. Programas de incentivos e benefícios. Prêmios e recompensas. Desenvolvimento de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Avaliação de desempenho individual. Sistemas de informações gerenciais na gestão de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.

- Bibliografia Básica:

ARAÚJO, L. C. G. **Gestão de pessoas**: estratégia e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, Isamir Machado de; MENDES, Sérgio Peixoto; VERAS, Vivianne Muniz. (Orgs.). **Gestão do conhecimento: uma estratégia empresarial**. Brasília: Serpro, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa**. São Paulo: Atlas, 2004.

STADLER, Adriano; PAMPOLINI, Cláudia Patrícia Garcia. **Gestão de pessoas: ferramentas estratégicas de competitividade**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2014. (Coleção Gestão empresarial) [recurso eletrônico]

TEIXEIRA, Juliane Marise; RIBEIRO, Maria Tereza Ferrabule. **Gestão de pessoas na administração pública: teorias e conceitos**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017. (Série Gestão Pública) [recurso eletrônico]

- Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Antônio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira, 1997.

CARBONE, P. P.; BRANDÃO H. P.; LEITE, J. B. D; VILHENA, R. M. P. **Gestão por competências e gestão do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público**. Brasília: Enap, 2010.

KNAPIC, Janete. **Gestão de pessoas e talentos**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012. [recurso eletrônico]

KOPS, Lúcia Maria; SILVA, Selma França da Costa e; ROMERO, Sonia Mara Thater. **Gestão de pessoas: conceitos e estratégias**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2013. (Série Gestão em Foco) [recurso eletrônico]

LACOMBE, F. J. M. **Recursos humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHIKMANN, R. **Gestão estratégica de pessoas: bases para a concepção do curso de especialização em gestão de pessoas no serviço público**. In: CAMÕES, M. R. de S.; PANTOJA, M. J.; BERGUE, S. T. (Orgs.). **Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público**. Brasília: ENAP, 2010.

TACHIZAWA, T.; FERREIRA, V. C. P.; FORTUNA, A. A. M. **Gestão com pessoas: uma abordagem as estratégias de negócios**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Contabilidade e economia no setor público

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade pública e orçamentária. Contabilidade pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária,

financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF. Economia do setor público. Política fiscal: visões teóricas. O papel do Estado. Sistema tributário: conceitos básicos, tipos de impostos e carga tributária. Sistema tributário brasileiro: evolução recente. Orçamento público e política orçamentária. Federalismo fiscal. *Déficit* e dívida pública. Política fiscal e finanças públicas no Brasil: evolução recente.

- Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 2006.

CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MUNHOZ JUNIOR, Joel Pereira. **Responsabilidade fiscal**. Curitiba: Contentus, 2020. [recurso eletrônico]

ZANIN, Diones Fernandes. **Teoria contábil e sua aplicação no Brasil**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2020. (Série Gestão Financeira) [recurso eletrônico]

- Bibliografia Complementar:

ALCANTARA, Alexandre. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, I.; ARRUDA, D. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. 3. tiragem. Editora Saraiva, 2006.

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Orgs.). **Economia do setor público no Brasil**. 3. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COELHO, Gabriel. **Contabilidade pública e gerencial**. Curitiba: Contentus, 2020. [recurso eletrônico]

CONTI, José Maurício. Planejamento e responsabilidade fiscal. *In*: SCAFF, Fernando Facury; CONTI, José Maurício. **Lei de Responsabilidade Fiscal 10 anos de vigência: questões atuais**. Florianópolis: Conceito, 2010. p. 39-56.

CONTI, José Maurício (Org.) **Orçamentos públicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CHING, Hong yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e finanças para não especialistas**. atual. de acordo com as leis 11.638/07 e 11.941/09. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. [recurso eletrônico]

GOUVÊIA, Marcus de Freitas. **A extrafiscalidade no direito tributário**. Belo Horizonte: Del Rey,

2006.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**: interpretação e crítica. São Paulo: Malheiros, 2006.

HOCHMAN, G. Arretche M. e Marques E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MENDES, M. (Org). **Gasto público eficiente**: proposta para o desenvolvimento do Brasil. Instituto Braudel; Editora TOP BOOKS, 2006.

NEGREIROS, L. F. de; VIEIRA, S. F. A. A eficiência das escolas da região metropolitana de Londrina: um estudo a partir da Análise Envoltória de Dados (DEA). In: CONGRESSO CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14. São Paulo, 2014. **Anais...** [...]. São Paulo, USP, 2014.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

3º semestre

Gestão de contratos e controle na administração pública

Contratos administrativos e contratos de direito privado. Características. Requisitos. Formalização. Espécies. Cláusulas exorbitantes. Equação econômico-financeira. Execução e fiscalização. Penalidades. Extinção dos contratos administrativos. Figuras afins: convênios e termos de parceria. Conceito e abrangência do controle. Espécies. Controle financeiro. Controle pelos tribunais de contas. Características e abrangência. Organização e competências do TCU e do TCE. Principais atos normativos. Controle judicial. Ações constitucionais. Atuação do Ministério Público. Improbidade administrativa. Crimes na Lei nº 8.666/1993.

- Bibliografia Básica:

BRAGA, Hans Robert Dalbello. **Manual de direito penal**: parte geral. São Paulo: Rideel, 2018. [recurso eletrônico]

HACK, Érico Germano. **Licitações e contratos administrativos**. Curitiba: Contentus: 2020. [recurso eletrônico]

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 16. ed. rev., atual, e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Probidade administrativa**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e o contrato administrativo**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos**: teoria e prática. [São Paulo], Editora Método, 2017.

SANTOS FILHO, Elmitho Ferreira dos. A atuação dos tribunais de contas para o cumprimento da lei de responsabilidade fiscal e sua importância para as punições fiscais e penais. *In*: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Sociedade democrática, direito público e controle externo**. Brasília: TCU, 2006.

- Bibliografia Complementar:

ALVES, Rogério Pacheco; GARCIA, Emerson. **Improbidade administrativa**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (v. 5, parte especial)

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. **Sistema de controle interno**: uma perspectiva do modelo de gestão pública gerencial. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de licitações e contratos administrativos**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. Ed. Impetus, 2014. (v. 4)

GUERRA, Evandro Martins. **Os controles externo e interno da administração pública**. 2. ed. rev e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 7. ed. São Paulo: Dialética, 2000.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Probidade administrativa**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e o contrato administrativo**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

MUNHOZ JUNIOR, Joel Pereira. **Responsabilidade fiscal**. Curitiba: Contentus, 2020. [recurso eletrônico]

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF). **Contratos de gestão**: metodologia de acompanhamento e controle e sua aplicação. (Coleção estudos e documentos; v. 3) Brasília: TCDF, 2004.

Gestão de Processos: Sistemas, Processos e Gestão de Conflitos

Sistemas. Gestão de processos. Teoria dos processos organizacionais. Processos e os mecanismos de tomada de decisão na administração pública. Gespública, os Ciclos de Deming e a metodologia BPM na gestão de processos. Rotinas, fluxogramas e mapeamentos de processos. Modelagem de processos. Liderança na gestão de processos e na gestão de conflitos. Gerenciar conflitos organizacionais.

- Bibliografia Básica:

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BURBRIDGE, Marc; BURBRIDGE, Anna. **Gestão de conflitos: desafios do mundo corporativo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FILIPPIN, Marcelo; SILVA, Patrícia Rodrigues da; KOYAMA, Renata M. **Administração de conflitos e relacionamentos**. Maringá - PR: CESUMAR - Centro Universitário, 2014.

KAMEL, Antoine Yussef. **Mediação e arbitragem**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017. [recurso eletrônico]

PAVANI JÚNIOR, Orlando; SCUCUGLIA, Rafael. **Mapeamento: Gestão por Processos–BPM: gestão orientada à entrega por meio de objetos–metodologia GAUSS**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2011.

RIBEIRO, Cristiano. **Gestão por processos e a integração estratégica**. Curitiba: Contentus, 2020. [recurso eletrônico]

- Bibliografia Complementar:

BALDAM, Roquemar de Lima. **Gerenciamento de processos de negócios: BPM – Business Process Management**. São Paulo: Érica, 2008.

BERG, Ernesto Artur. **Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia**. Curitiba: Juruá, 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Curso de mapeamento de processos com Bizagi Modeler**. Brasília: Instituto Serzedello Correa, 2013.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de mutação**. ed. Cultrix, 2006.

CORCINI NETO, Secundino Luis Henrique. **Proposição de um roadmap para a implantação da abordagem do pensamento sistêmico em organizações**. Tese de Mestrado para obtenção do título de Mestre de Engenharia de Produção e Sistemas. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 2010.

DAFT, Richard. **Organizações: teoria e projetos**. São Paulo: Thomson/Fronteira, 2002.

MARANHÃO, Mauriti; MACIEIRA, Maria Elisa Bastos. **O processo nosso de cada dia: modelagem de processos de trabalho**. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark Ed., 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Manual de gestão por processos**. Brasília: MPF, 2011.

SENGE, Peter. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. Rio de Janeiro: EditoraBestSeller, 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Curso de mapeamento de BALDAM**, Roquemar de Lima. **Gerenciamento de processos de negócios: BPM – Business Process Management**. São Paulo: Érica, 2008.

BERG, Ernesto Artur. **Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia**. Curitiba: Juruá, 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Curso de mapeamento de processos com Bizagi Modeler**. Brasília: Instituto Serzedello Correa, 2013.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de mutação**. ed. Cultrix, 2006.

CORCINI NETO, Secundino Luis Henrique. **Proposição de um roadmap para a implantação da abordagem do pensamento sistêmico em organizações**. Tese de Mestrado para obtenção do título de Mestre de Engenharia de Produção e Sistemas. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 2010.

DAFT, Richard. **Organizações: teoria e projetos**. São Paulo: Thomson/Fronteira, 2002.

MARANHÃO, Mauriti; MACIEIRA, Maria Elisa Bastos. **O processo nosso de cada dia: modelagem de processos de trabalho**. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark Ed., 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Manual de gestão por processos**. Brasília: MPF, 2011.

SENGE, Peter. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. Rio de Janeiro: EditoraBestSeller, 2006.

Administração de material e patrimônio

Introdução à administração de material e patrimônio. Conceituação de material e patrimônio. O patrimônio das empresas e órgãos públicos. Atividades básicas da administração de material e patrimônio. Previsão e controle de estoque. O sistema de compras em organizações. A administração de materiais no serviço público.

- Bibliografia Básica:

FENILI, R. R. **Gestão de materiais**. Brasília: ENAP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2268>. Acesso em: 14 abr. 2021.

FIJOR, T. F. A. **O controle patrimonial como ferramenta de governança pública: o caso da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. 2014. 119 f. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Planejamento Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1002>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MACHADO, Jeferson. **Problemas relacionados com a falta de material em almoxarifado da administração pública**. 2011. 45 f. Monografia (Bacharelado em Administração). Universidade de Brasília (UNB), 2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/3569>. Acesso em: 14 abr. 2021.

NUNES, L. C. M. **O emprego da teoria agente/principal para definição de modelo de gestão de bens móveis na Universidade de Brasília**. 2015. xvii, 151 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública). Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19492>. Acesso em: 25 jun. 2020.

PAZIN FILHO, A.; SCARPELINI, S. Simulação: definição. **Medicina**, Ribeirão Preto: 2007, v. 40, n. 2, p. 162-166.

TRIDAPALLI, J. P.; FERNANDES, E.; MACHADO, W. V. Gestão da cadeia de suprimento do setor público: uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 2, p. 401-433, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000200006>. Acesso em: 14 abr. 2021

- Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. **Portaria STN nº 549, de 07 de agosto de 2018**. Estabelece regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no exercício de 2019. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/35900608/do1-2018-08-08-portaria-n-549-de-7-de-agosto-de-2018-35900600. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010**. Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66829/Decreto_32598_15_12_2010.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2032.598%2C%20DE%2015,Federal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551,de%2004%20de%20agosto%20de%202000

[203.551%2C%20DE%204,que%20lhe%20confere%20o%20art.Acesso](#) em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 21.909, de 16 de Janeiro de 2001.** Disciplina a utilização, pelos órgãos da administração centralizada e órgão relativamente autônomo do Distrito Federal, do Sistema Geral de Patrimônio - SisGepat, e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/39494/exec_dec_21909_2001.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%B0%2021.909%2C%20DE,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 16.109, de 1º de Dezembro de 1994.** Disciplina a administração e o controle dos bens patrimoniais do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/27086/exec_dec_16109_1994.html#:~:text=DECRETO%20N.%C2%BA%2016.109%2C%20DE,que%20lhe%20confere%20o%20art.&text=II%20%2D%20os%20bens%20m%C3%B3veis%2C%20adquiridos,objeto%20de%20do%C3%A7%C3%A3o%20ou%20premia%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 19.986, de 30 de dezembro de 1998.** Institui o Sistema Integrado de Gestão de Material - SIGMA no âmbito da Administração Direta do Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/35797/exec_dec_19986_1998.html. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 22.389, de 11 de setembro 2001.** Dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão de Material – SIGMA no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/40450/exec_dec_22389_2001.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2022.389%2C%20DE%2011,Federal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 24.151, de 17 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Sistema de apoio operacional da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/43866/exec_dec_24151_2003.html. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 28.444 de 19 de novembro de 2007.** Dispõe sobre o exercício. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/56322/exec_dec_28444_2007.html. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 38.427, de 23 de agosto de 2017.** Dispõe sobre os procedimentos para distribuição de unidades imobiliárias e concessão de áreas de domínio público destinadas a equipamentos públicos aos órgãos do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/1c391f901eba4940ab09f1c40807a24c/exec_dec_38427_2017.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2038.427%2C%20DE%2023,Federal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 39.536, de 18 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a estrutura de gestão do patrimônio imobiliário no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, no que couber do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.seplag.df.gov.br/gestao-do-patrimonio-imobiliario/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 39.537, de 18 de dezembro de 2018.** Institui o Plano de implementação das Ações de Manutenção do Patrimônio do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/222817494/dodf-integra-19-12-2018-pg-25>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 40.002 de 07/08/2019.** Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 933, de 14 de novembro de 2017, que autorizam a criação da Fundação de Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/cd22dd79a30f4e9ab12dd94bedd1ba5d/Decreto_400_02_07_08_2019.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA2040.002%2C20DE%2007,Patrim%-C3%B4nio%20Cultural%20do%20Distrito%20Federal.&text=7%C2%BA%20da%20Lei20Compl ementar%20n%C2%BA,Par%C3%A1grafo_0%C3%Banico. Acesso em: 14 abr. 2021.
em:http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/40450/exec_dec_22389_2001.html#:~:text=DECR ETO%20N%C2%BA%2022.389%2C%20DE%2011,Federal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras% 20provid%C3%AAncias. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 24.151, de 17 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Sistema de apoio operacional da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/43866/exec_dec_24151_2003.html. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 28.444 de 19 de novembro de 2007.** Estabelece regras de encerramento do exercício. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/56322/exec_dec_28444_2007.html. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 38.427, de 23 de agosto de 2017.** Dispõe sobre os procedimentos para distribuição de unidades imobiliárias e concessão de áreas de domínio público destinadas a equipamentos públicos aos órgãos do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/1c391f901eba4940ab09f1c40807a24c/exec_dec_384_27_2017.html#:~:text=DECRETO%20N%-C2%BA%2038.427%2C%20DE%2023,Federal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 39.536, de 18 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a estrutura de gestão do patrimônio imobiliário no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, no que couber do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.seplag.df.gov.br/gestao-do-patrimonio-imobiliario/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 39.537, de 18 de dezembro de 2018.** Institui o Plano de

implementação das Ações de Manutenção do Patrimônio do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/222817494/dodf-integra-19-12-2018-pg-25>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 40.002 de 07/08/2019**. Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 933, de 14 de novembro de 2017, que autorizam a criação da Fundação de Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/cd22dd79a30f4e9ab12dd94bedd1ba5d/Decreto_400_02_07_08_2019.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA2040.002%2C20DE%2007,Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20do%20Distrito%20Federal.&text=7%C2%BA%20da%20Lei20Compl ementar%20n%C2%BA,Par%C3%A1grafo_0%C3%BAnico. Acesso em: 14 abr. 2021.

Material – SIGMA. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/c3fe484c16914af3b3b7188bf9b684b6/Orde m_de_Servi_o_84_23_02_2016.html. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria GPR 1311 de 24 de maio de 2017**. Dispõe sobre a administração de bens móveis patrimoniais no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/portarias-gpr/2017/portaria-gpr-1311-de-24-05-2017>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 135, de 26 de julho de 2016**. Classificação Econômica da Despesa: tabelas para classificação das despesas quanto a sua natureza. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/830bc8cbbb9f4448b65ef78eb5f6bac9/Porta ria_135_26_07_2016.html. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 39, de 30 de março de 2011**. Disciplinar os procedimentos operacionais do Sistema Integrado de Gestão de Material – SIGMa.net. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/67683/seplan_prt_39_2011.html. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria SECULT nº 296, de 05 de setembro de 2018**. Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal - CONDEPAC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cultura.df.gov.br/patrimonio-cultural/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria SEF nº 485, de 27 de junho de 2003**. Trata da codificação e interpretação da despesa orçamentária do Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=43335. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria SGA nº 652, de 20 de setembro de 2002**. Manual de normas e procedimentos administrativos. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/43153/Portaria_98_14_05_2003.html. Acesso em: 14 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Subsecretaria de Contabilidade, da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. **Contabilidade e gestão fiscal**: modernização da gestão pública. 2013. Disponível em: http://www.economia.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2020/04/Cartilha_NovaContabilidade

.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

QUEIROZ, Amarildo Gomes de. **Disserte Fácil na Palma da Mão**. TCC (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2019. Linguagem e Educação a Distância. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/200867>. Acesso em 31 ago. 2020.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Tradução de Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Sistemas de informação no setor público

Fundamentos de sistemas, processos e informações. Tecnologia e sistemas de informações: aplicações no setor público e privado. Gestão de tecnologia da informação no setor público. Planejamento estratégico e tecnologia da informação. Governo eletrônico. Governança tecnológica. Padrões de sistemas de informação e políticas públicas.

Bibliografia Básica:

CEOLO, Marium. **Fundamentos de sistemas de informação**. Rio de Janeiro: SESES, 2014. Disponível em: https://issuu.com/marianaruggeri/docs/fundamentos_de_sistemas_de_informac. Acesso em: 14 abr. 2021.

MADEIRA, Gilberto dos Santos; GUIMARAES, Tor; MENDES, Leonardo de Souza. Construindo governança eletrônica de cidades: um modelo de implementação de soluções para inovação e otimização da gestão pública. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, v. 16, n. 2, p. 55-71, 2017. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&id=S1645-44642017000200005. Acesso em: 14 abr. 2021.

MUNHOZ, Antônio Siemsen. **Fundamentos da tecnologia da informação e análise de sistemas para não analistas**. Curitiba: Intersaberes, 2017. [acesso virtual]

OLIVEIRA, Fátima Bayma de (Org.). **Tecnologia da informação e da comunicação**: a busca de uma visão ampla e estruturada. São Paulo: Pearson Prentice Hall: Fundação Getúlio Vargas, 2007. [acesso virtual]

REZENDE, Denis Alcides. Alinhamento estratégico da tecnologia da informação ao business plan: contribuição para a inteligência empresarial das organizações. **Revista eletrônica de administração REAd**, 31. ed. v. 9, jan./fev. 2003. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/read/article/view/42705/27073>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SHINTAKU, Milton. **Tecnologias para gestão da informação**. 2017. Disponível em: <http://buscajuventude.ibict.br:8080/jspui/handle/192/225>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. A influência do Big Data no controle social da gestão pública. **Revista de Direitos Humanos Fundamentais**, Osasco-SP, ano 18, n. 2, jul./dez. 2018, p. 83. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-Dir-Hum-

Fund_v.18_n.02.pdf#page=80. Acesso em: 14 abr. 2021.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Eliézer. **A implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na UTFPR**: uma visão a partir do princípio da eficiência na administração pública. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2019. Disponível em: http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4726/1/CT_PROFIAP_M_Almeida%2c_Eliezer_2019.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

BALISCKI, L. P. **Uso da tecnologia da informação e comunicação–TIC-pela administração pública**: o caso da inspetoria de fiscalização da delegacia regional da receita estadual de Maringá. Monografia (Especialização em Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação) – Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2014. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/15428/1/CT_GETIC_I_2014_14.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

BEHN, Robert D. **O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática**. Revista do Serviço Público - RSP, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), ano 49, n. 4, p. 5-45, out. 1998. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1560>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DIAS, Cláudia Augusto; COSTA, Sely Maria de Souza. Método de avaliação de programas de governo eletrônico sob a ótica do cidadão-cliente. In: COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L.; TAVARES, R. B. (Orgs.). **Comunicação da informação, gestão da Informação e gestão do conhecimento**. Brasília: IBCT, 2018, p. 109-141. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Puh8DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA109&dq=governo+eletr%C3%B4nico&ots=cZR7mOsKH4&sig=XaTmBCm6sCjkNBPgVaZpsVFax3c&redir_esc=y#v=onepage&q=governo%20eletr%C3%B4nico&f=false. Acesso em: 14 abr. 2021.

JANNUZZI, P. D. M.; MIRANDA, W. D.; SILVA, D. D. Análise multicritério e tomada de decisão em políticas públicas: aspectos metodológicos, aplicativo operacional e aplicações. **Informática Pública**, v. 11, n. 1, p. 69- , 2009.

4º semestre

Comunicação institucional e negociação

Importância da comunicação. Processos de comunicação. A comunicação interpessoal, grupal e organizacional. A comunicação interna e externa. Criação do *portfólio* acadêmico e profissional. Dinâmica da comunicação organizacional. Administração de conflitos. Processo de negociação: habilidades, problemas e técnicas. Fatores psicológicos da negociação. Tópicos especiais de comunicação e negociação. Estudo de casos. *Marketing* e publicidade na gestão pública.

- Bibliografia Básica:

KAMEL, Antoine Yussef. **Mediação e arbitragem**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017. [recurso eletrônico]

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. Tradução de Sonia Midori Yamamoto. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018. [recurso eletrônico]

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação organizacional estratégica**: aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016. [recurso eletrônico]

- Bibliografia Complementar:

HARVARD BUSINESS SCHOOL. **Comunicação pessoal impecável**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. (Gestão orientada para resultados)

NEVES, Roberto de Castro. **Comunicação empresarial integrada**: como gerenciar: imagem, questões públicas, comunicação simbólica, crises empresariais. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

SCHULTZ, Don E. **Campanhas estratégicas de comunicação de marca**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2001.

Políticas públicas e sociais

Conceitos de política pública: estruturação e aplicações. Formulação, análise, controle e avaliação das políticas públicas no Brasil. Noções de arena política, organização de interesses e agenda governamental. Introdução ao tema e conceitos básicos; teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais; formulação e gestão e políticas sociais; o papel dos sujeitos políticos na formulação e controle social das políticas públicas. Análise comparada das políticas sociais no Brasil em políticas sociais setoriais e transversais; constituição e gestão dos orçamentos e fundos públicos; análise comparada das políticas sociais. Políticas de saúde, educação, segurança pública, segurança alimentar.

- Bibliografia Básica:

BERTHOLDI, Juliana. **Direitos sociais e políticas públicas**. Curitiba: Contentus, 2020. [recurso eletrônico]

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 abr. 2021.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

MARIANO, Fabrício José Teixeira. **Gestão e orçamento público**: políticas públicas, plano diretor, atendimento e ética no serviço público. Brasília: Vestcon, 2009.

OLIVEIRA, Fátima Bayma; KASZNAR, Istvan Karoli (Orgs.). **Saúde, previdência e assistência social**: políticas públicas integradas: desafios e propostas estratégicas. São Paulo: Pearson Education do Brasil; Fundação Getúlio Vargas, 2007. [recurso eletrônico]

PIRES, Roberto. **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018.

- Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, Mara de; BERGUE, Sandro Trescastro (Orgs.). **Políticas públicas**: definições, interlocuções e experiências. Caxias do Sul-RS: Educus, 2012. [recurso eletrônico]

PATTO, Maria Helena Souza (Org.). **A cidadania negada**: políticas públicas e formas de viver. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. [recurso eletrônico]

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Intersaberes, 2015. [recurso eletrônico]

Planejamento estratégico na administração pública

Visão geral da administração estratégica. Funções estratégicas do processo de gestão. O processo de gestão estratégica no setor público – funções e características. O planejamento estratégico no setor público. Estrutura do planejamento estratégico. Implantação do processo de planejamento estratégico. Desdobramento para os diversos níveis envolvidos. Processo de controle, acompanhamento, avaliação e ajustes. Mudança organizacional. Resistência à mudança. Aprendizagem organizacional.

- Bibliografia Básica:

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **Planejamento Brasil século XXI**: inovação institucional e refundação administrativa: elementos para o pensar e o agir. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

De TONI, Jackson. **O planejamento estratégico governamental**: reflexões metodológicas e implicações na gestão pública. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Série Gestão Pública) [recurso eletrônico]

NOGUEIRA, Kleber Suckow (Org.). **Planejamento estratégico**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. (Coleção Bibliografia Universitária Pearson) [recurso eletrônico]

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

TAKAHASHI, Adriana Roseli Wunsh. **Competências, aprendizagem organizacional e gestão do conhecimento**. Curitiba: Intersaberes, 2015. [recurso eletrônico]

- Bibliografia Complementar:

SERTEK, Paulo; GUINDANI, Roberto Ari; MARTINS, Tomas Sparano. **Administração e planejamento estratégico**. Curitiba: Intersaberes, 2012. (Série Administração Estratégica) [recurso eletrônico]

SOUZA, Carla Patrícia da Silva. **Cultura e clima organizacional**: compreendendo a essência das organizações. Curitiba: Intersaberes, 2014. [recurso eletrônico]

Gestão de projetos voltados ao setor público

Criatividade e inovação. Considerações gerais sobre elaboração e gerenciamento de projetos. Projetos nas organizações públicas. Projetos nas instituições: plano/programa/projetos. Processos do projeto. Metodologias abordadas: Método ZOPP; Gestão de projetos com base em Resultados (RBM); e Método PMI. Ciclo de vida dos Projetos. Fases dos projetos.

- Bibliografia Básica:

CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de. **Gestão de projetos**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018. [recurso eletrônico]

COSTA, Adriana Bastos da; PEREIRA, Fernanda da Silva. **Fundamentos de gestão de projetos: da teoria à prática: como gerenciar projetos de sucesso**. Curitiba: Intersaberes, 2019. [recurso eletrônico]

HELDMAN, Kim. **Gerência de projetos: guia para o exame oficial do PMI**. Tradução de Teresa Cristina Felix de Souza. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Administração de projetos: como transformar ideias em resultados**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RABECHINI JUNIOR, Roque. **O gerente de projetos na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

- Bibliografia Complementar:

BRUZZI, Demerval Guilarducci. **Gerência de projetos**. Brasília: Senac, 2008.

PIZE, Adilson. **Planejamento e alinhamento estratégico de projetos: um guia prático aplicando os modelos SPCanvas e PSACanvas**. Rio de Janeiro: Brasport, 2015. [recurso eletrônico]

RODRIGUES, Eli. **Erros clássicos da gestão de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2014. [recurso eletrônico]

SABBAG, Paulo Yazigi. **Gerenciamento de projetos e empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

VERZUH, Eric. **MBA compacto: gestão de projetos**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2000.

Ética, Cultura e Diversidade

Reflexão histórica e origem do conceito de ética. Ética e cidadania. Ética e moralidade na gestão pública. Estado Laico. Multiculturalismo e Ideologia. Pluralidade social. Desigualdade e concentração de renda. Desenvolvimento sustentável. Sociedade e meio ambiente.

- Bibliografia Básica:

RUIZ ALONSO, Félix; GRANIZO LÓPEZ, Francisco; CASTRUCCI, Plínio de Lauro. **Curso de ética em administração empresarial e pública**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

PASSOS, Elizete. Ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2014.

SANDEL, Michael J. Justiça – o que é fazer a coisa certa. 9ª edição. Editora civilização brasileira, Rio de Janeiro. 2012

- Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto 1.171. Brasília: Planalto, 1994**. [Código de Ética do Servidor Público].

BRASIL. **Lei 8.112. Brasília: Senado, 11.12.1990**. [Lei do Servidor Público, especialmente os artigos 116 e 117].

BRASIL. **Lei 8.429. Brasília: Senado, 02.06.1992**. [Lei da Improbidade Administrativa, especialmente os artigos 10, 11 e 12].

BRASIL. **Lei 12.527. Brasília: Senado, 18.11. 2011** [Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal].

BARROS, José Márcio (org.). **Diversidade, sustentabilidade e políticas**: o Plano Nacional de Cultura do Brasil e a Convenção da Diversidade Cultural. Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2021.

ANEXO II – HISTÓRICO DAS ATUALIZAÇÕES DAS MATRIZES CURRICULARES

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO – MATRIZ CURRICULAR DO CSTGP - TURMA I / 2019.2

MÓDULO I – 1º semestre		
DISCIPLINA	OBRIGATORIEDADE	CH
MTI 100 - Introdução ao Ensino das Metodologias Ativas na Gestão Pública	Obrigatória	44
MTI 101 - Fundamentos Normativos da Política e da Gestão Pública	Obrigatória	68
MTI 102 - Estudos Comparativos: Gestão e Orçamento Público	Obrigatória	60
MTI 103 - Sustentabilidade Social e Ética no Serviço Público (MTI 103)	Obrigatória	64
HPGeP 104 - Problematização e Ensino Simulado - Habilidades Profissionais em Gestão Pública	Obrigatória	80
Pesquisa Científica Aplicada à Gestão Pública I (TCC)	Obrigatória	64
TOTAL		380
MÓDULO II – 2º semestre		
MTI 201 - Administração voltada à Gestão Pública	Obrigatória	55
MTI 202 - Gestão de pessoas na Administração Pública	Obrigatória	55
MTI 203 - Contratações Públicas	Obrigatória	48
MTI 204 - Contabilidade e Economia no setor público	Obrigatória	66
HPGeP 205 - Habilidades Profissionais em Gestão Pública: A gestão pública na solução de demanda da sociedade	Obrigatória	92
Pesquisa Científica Aplicada à Gestão Pública II (TCC)	Obrigatória	33
Estágio Curricular Supervisionado I – ECS	Obrigatória	88
TOTAL		437
MÓDULO III – 3º semestre		
MTI 301 - Gestão de contratos e controle na Administração Pública	Obrigatória	70
MTI 302 - Administração de conflitos e relacionamentos	Obrigatória	70
MTI 303 - Fundamentos da qualidade e gestão de processos (MTI 303)	Obrigatória	80
MTI 304 - Administração de material e patrimônio	Obrigatória	60
HPGeP 305 - Habilidades Profissionais em Gestão Pública: Sistemas de informação no setor público	Obrigatória	106
Pesquisa Científica Aplicada à Gestão Pública III (TCC)	Obrigatória	60
Estágio Curricular Supervisionado II – ECS	Obrigatória	95
TOTAL		541
MÓDULO IV – 4º semestre		
MTI 401 - Comunicação institucional e negociação	Obrigatória	60

MTI 402 - Políticas públicas e sociais	Obrigatória	70
MTI 403 - Processos e Resultados do Planejamento Estratégico na Administração Pública	Obrigatória	70
MTI 404 - Gestão de Projetos voltados ao Setor Público (MTI 404)	Obrigatória	80
HPGeP 405 - Habilidades Profissionais em Gestão Pública: Logística no setor público	Obrigatória	90
Pesquisa Científica Aplicada à Gestão Pública IV(TCC)	Obrigatória	102
Estágio Curricular Supervisionado III – ECS	Obrigatória	64
TOTAL		536
Atividades Complementares efetuadas durante todo o curso, em caráter obrigatório		66
		1960

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO – MATRIZ CURRICULAR DO CSTGP - TURMA II / 2020.1

MÓDULO I – 1º semestre		
DISCIPLINA	OBRIGATORIEDADE	CH
MTI 100 - Introdução ao Ensino das Metodologias Ativas na Gestão Pública	Obrigatória	40
MTI 101 - Fundamentos Normativos da Política e da Gestão Pública	Obrigatória	62
MTI 102 - Estudos Comparativos: Gestão e Orçamento Público	Obrigatória	59
MTI 103 - Sustentabilidade Social e Ética no Serviço Público (MTI 103)	Obrigatória	62
HPGeP 104 - Problematização e Ensino Simulado - Habilidades Profissionais em Gestão Pública	Obrigatória	81
Pesquisa Científica Aplicada à Gestão Pública I (TCC)	Obrigatória	62
TOTAL		366
MÓDULO II – 2º semestre		
MTI 201 - Administração voltada à Gestão Pública	Obrigatória	55
MTI 202 - Gestão de pessoas na Administração Pública	Obrigatória	55
MTI 203 - Contratações Públicas	Obrigatória	48
MTI 204 - Contabilidade e Economia no setor público	Obrigatória	66
HPGeP 205 - Habilidades Profissionais em Gestão Pública: A gestão pública na solução de demanda da sociedade	Obrigatória	128
Pesquisa Científica Aplicada à Gestão Pública II (TCC)	Obrigatória	40
Estágio Curricular Supervisionado I – ECS	Obrigatória	113
TOTAL		505
MÓDULO III –3º semestre		
MTI 301 - Gestão de contratos e controle na administração pública	Obrigatória	70
MTI 302 - Administração de conflitos e relacionamentos	Obrigatória	70

MTI 303 - Fundamentos da qualidade e gestão de processos (MTI 303)	Obrigatória	80
MTI 304 - Administração de material e patrimônio	Obrigatória	60
HPGeP 305 - Habilidades Profissionais em Gestão Pública: Sistemas de informação no setor público	Obrigatória	95
Pesquisa Científica Aplicada à Gestão Pública III (TCC)	Obrigatória	29
Estágio Curricular Supervisionado II – ECS	Obrigatória	58
TOTAL		462
MÓDULO IV –4º semestre		
MTI 401 - Comunicação institucional e negociação	Obrigatória	60
MTI 402 - Políticas públicas e sociais	Obrigatória	70
MTI 403 - Processos e Resultados do Planejamento Estratégico na Administração Pública	Obrigatória	70
MTI 404 - Gestão de Projetos voltados ao Setor Público (MTI 404)	Obrigatória	80
HPGeP 405 - Habilidades Profissionais em Gestão Pública: Logística no setor público	Obrigatória	90
Pesquisa Científica Aplicada à Gestão Pública IV(TCC)	Obrigatória	160
Estágio Curricular Supervisionado III – ECS	Obrigatória	70
TOTAL		600
Atividades Complementares efetuadas durante todo o curso, em caráter obrigatório.		30
		1963

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO – MATRIZ CURRICULAR DO CSTGP - TURMA III / 2021.2

MÓDULO I – 1º semestre		
DISCIPLINA	OBRIGATORIEDADE	CH
MTI 100 - Introdução ao Ensino das Metodologias Ativas na Gestão Pública	Obrigatória	40
MTI 101 - Fundamentos Normativos da Política e da Gestão Pública	Obrigatória	62
MTI 102 - Estudos Comparativos: Gestão e Orçamento Público	Obrigatória	59
MTI 103 - Sustentabilidade Social e Ética no Serviço Público (MTI 103)	Obrigatória	62
HPGeP 104 - Problematização e Ensino Simulado - Habilidades Profissionais em Gestão Pública	Obrigatória	106
Pesquisa Científica Aplicada à Gestão Pública I (TCC)	Obrigatória	66
TOTAL		395
MÓDULO II – 2º semestre		
MTI 201 - Administração voltada à Gestão Pública	Obrigatória	60
MTI 202 - Gestão de pessoas na administração pública	Obrigatória	60
MTI 203 - Contratações Públicas	Obrigatória	60

MTI 204 - Contabilidade e Economia no setor público	Obrigatória	70
HPGeP 205 - Habilidades Profissionais em Gestão Pública: A gestão pública na solução de demanda da sociedade	Obrigatória	80
Pesquisa Científica Aplicada à Gestão Pública II (TCC)	Obrigatória	60
Atividades de Pesquisa e Extensão I – APE I	Obrigatória	80
TOTAL		470
MÓDULO III –3º semestre		
MTI 301 - Gestão de contratos e controle na Administração Pública	Obrigatória	60
MTI 302 - Administração de conflitos e relacionamentos	Obrigatória	60
MTI 303 - Fundamentos da qualidade e gestão de processos (MTI 303)	Obrigatória	60
MTI 304 - Administração de material e patrimônio	Obrigatória	60
HPGeP 305 - Habilidades Profissionais em Gestão Pública: Sistemas de informação no setor público	Obrigatória	60
Pesquisa Científica Aplicada à Gestão Pública III (TCC)	Obrigatória	50
Atividades de Pesquisa e Extensão II – APE II	Obrigatória	60
TOTAL		410
MÓDULO IV –4º semestre		
MTI 401 - Comunicação institucional e negociação	Obrigatória	60
MTI 402 - Políticas públicas e sociais	Obrigatória	70
MTI 403 - Processos e Resultados do Planejamento Estratégico na Administração Pública	Obrigatória	70
MTI 404 - Gestão de Projetos voltados ao Setor Público (MTI 404)	Obrigatória	80
HPGeP 405 - Habilidades Profissionais em Gestão Pública: Logística no setor público	Obrigatória	90
Pesquisa Científica Aplicada à Gestão Pública IV(TCC)	Obrigatória	160
Atividades de Pesquisa e Extensão III – APE III	Obrigatória	70
TOTAL		600
Atividades Complementares efetuadas durante todo o curso, em caráter obrigatório		85
		1960